

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**FORMAÇÃO SOCIO-HISTÓRICA DE MARIANA-MG:  
uma análise das particularidades da questão urbana**

**AMANDA SERGIO DE OLIVEIRA SALES**

**MARIANA-MG  
2019**

AMANDA SERGIO DE OLIVEIRA SALES

**FORMAÇÃO SOCIO-HISTÓRICA DE MARIANA-MG:**  
uma análise das particularidades da questão urbana

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Área de concentração: Serviço Social

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Me. Raquel Mota Mascarenhas

MARIANA-MG  
2019

S163f Sales, Amanda Sérgio de Oliveira.  
Formação socio histórica de Mariana - MG [manuscrito]: uma análise das particularidades da questão urbana / Amanda Sérgio de Oliveira Sales. - 2019.

83f.: il.: tabs.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. MSc<sup>a</sup>. Raquel Mota Mascarenhas.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social.

1. Socialização - História - Mariana (MG) - Teses. 2. Comunidade urbana - Desenvolvimento - História - Mariana (MG) - Teses. 3. Mariana-MG - História - Teses. I. Mascarenhas, Raquel Mota. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 94(815.1)

Catálogo: [ficha.sisbin@ufop.edu.br](mailto:ficha.sisbin@ufop.edu.br)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
REITORIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL



**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**Nome do autor: AMANDA SERGIO DE OLIVEIRA SALES**

**Título do trabalho: FORMAÇÃO SOCIO-HISTÓRICA DE MARIANA-MG: uma análise das particularidades da questão urbana**

Membros da banca

Claudio Henrique Miranda Horst - Doutor - UFOP

Rodrigo Fernandes Ribeiro - Doutor - UFOP

Versão final

Aprovado em 13 de dezembro de 2019

De acordo

Professor (a) Orientador (a) Me. Raquel Mota Mascarenhas



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Mota Mascarenhas, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 19/12/2019, às 20:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0029878** e o código CRC **F2EEBA8C**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.204216/2019-58

SEI nº 0029878

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35400-000  
Telefone: - www.ufop.br

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela força, sabedoria, proteção e coragem concedidos a mim. Foram muitos obstáculos encontrados pelo caminho para conseguir concluir a graduação, mas com fé e persistência consegui chegar até aqui.

À minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Me. Raquel Mascarenhas pela sensibilidade com a minha trajetória de vida, principalmente com relação a minha luta e resistência como moradora de ocupação. Pela paciência de sempre esclarecer as minhas dúvidas e a dedicação em fornecer as mais variadas bibliografias para lograr o objetivo deste trabalho.

À minha turma 16.1 pela troca de conhecimentos ao longo destes quatro anos, e especialmente as minhas amigas Angélica Apolinário, Lidinês Carvalho e Verônica Campos por todo aprendizado, apoio e companheirismo. Vocês fizeram este percurso se tornar mais leve e descontraído!

À minha família pelos incentivos de sempre, em especial a minha mãe Rita de Cássia que sempre me deu força, colo, amor e atenção durante toda a minha vida e no percurso da graduação. Você é meu alicerce, obrigada por sempre acreditar nos meus sonhos!

Ao meu companheiro Thiago Ribeiro, pelo enorme apoio moral e técnico em relação a este trabalho. Suas críticas e conhecimentos de geógrafo contribuíram muito para a realização deste trabalho!

E a todos os moradores de ocupação de Mariana e região, em particular a ocupação Novo Horizonte na qual eu resido. Através da nossa luta pelo direito à moradia, que me senti no dever de pesquisar a Formação Socio-histórica de Mariana para melhor contribuir rumo a superação da nossa condição. Faço questão de exaltar que somos moradores de ocupação, sim. Que o nosso ato não é roubar as “terras dos outros”, e sim uma resistência pelo acesso ao direito fundamental da pessoa humana, que nunca deveria de nos ser negado: a moradia!

À todos vocês dedico esta vitória!

“A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”  
Karl Marx

## **FORMAÇÃO SOCIO-HISTÓRICA DE MARIANA-MG: uma análise das particularidades da questão urbana**

**RESUMO:** Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a gênese e o desenvolvimento da questão urbana em Mariana-MG. Trata-se de um estudo bibliográfico que se encontra dividido em dois momentos: o primeiro está relacionado à Formação Socio-Histórica e a Questão Urbana na Teoria Marxista. E o segundo, está relacionado a Formação Socio-Histórica de Mariana visando elencar algumas das particularidades da gênese da questão urbana, no marco histórico do século XVIII ao século XX. Possui enfoque especial, no ordenamento territorial e na propriedade e uso do solo na cidade, para compreender o crescimento habitacional desordenado e a expansão das ocupações ao entorno da cidade.

**Palavras-Chave:** Formação Socio-histórica, Questão Urbana, Mariana-MG.

## **SOCIOHISTORICAL TRAINING MARIANA-MG: analysis particularities urban issue**

**ABSTRACT:** This research analyze genesis and development urban issue in Mariana-MG. Bibliographical study divided two moments: related Socio-Historical Formation and Urban Question Marxist Theory; related Mariana's Socio-Historical Formation particularities urban question, historical mark 18th to 20th century. Special focus planning, ownership and use city, disorderly housing growth and expansion occupations around city.

**Keys-word:** socio-historical formation, urban question, Mariana-MG.



## **ENTRENAMIENTO SOCIOHISTÓRICO DE MARIANA-MG: un análisis de las particularidades del tema urbano**

**Resumen:** Esta investigación tiene como objetivo analizar la génesis y el desarrollo del problema urbano en Mariana-MG. Es un estudio bibliográfico que se divide en dos momentos: el primero está relacionado con la formación social y la cuestión urbana en la teoría marxista. Y el segundo, está relacionado con la Formación Socio-Histórica de Mariana con el objetivo de enumerar algunas de las particularidades de la cuestión urbana, en el marco histórico del siglo XVIII al siglo XX. Tiene un enfoque especial en la planificación del uso de la tierra y la propiedad de la tierra y el uso de la tierra en la ciudad para comprender el crecimiento desordenado de la vivienda y la expansión de las ocupaciones en la ciudad.

**Palabras-clave:** formación sociohistórica, urban question, Mariana-MG.

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

ABEPSS: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

BNH: Banco Nacional de Habitação

CFESS: Conselho Federal de Serviço Social

IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Cultural

MPC: Modo de Produção Capitalista

SNHIS: Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

SPHAN: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UFOP: Universidade Federal de Ouro Preto

# SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	11
1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	17
<b>2 FORMAÇÃO SOCIO-HISTÓRICA E QUESTÃO URBANA NA TEORIA SOCIAL MARXISTA</b>	21
2.1 O CONCEITO DE <i>FORMAÇÃO SOCIO-HISTÓRICA</i>	21
2.2 A <i>QUESTÃO URBANA NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA</i>	24
2.3 A <i>QUESTÃO URBANA NO BRASIL</i>	37
<b>3 FORMAÇÃO SOCIO-HISTÓRICA DE MARIANA</b>	43
3.1 SÉCULO XVIII – PRIMEIRO CICLO DE MINERAÇÃO	44
3.1.1 <i>O surgimento da cidade de Mariana-MG</i>	44
3.1.2 <i>Relações sociais e o modo de produção</i>	46
3.1.3 <i>Função social da cidade e o acesso à propriedade</i>	49
3.2 SÉCULO XIX - DECADÊNCIA DO CICLO DO OURO	52
3.2.1 <i>Relações sociais e o modo de produção</i>	52
3.2.2 <i>Função social da cidade e o acesso à propriedade</i>	54
3.3 SÉCULO XX – SEGUNDO CICLO DA MINERAÇÃO	56
3.3.1 <i>Relações sociais e modo de produção</i>	56
3.3.2 <i>Função social da cidade e o acesso à propriedade</i>	60
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	62
<b>REFERENCIAS</b>	65
<b>ANEXO</b>	68

## 1 INTRODUÇÃO

A pesquisa tem como interesse central a *formação socio-histórica* da cidade brasileira de Mariana, em Minas Gerais. Tal investigação pauta-se da necessidade de conhecer o passado para interpretar o presente, em particular, a constituição do espaço urbano marianense. Diante o exposto, o problema de pesquisa que norteia a construção do presente trabalho é *Quais as particularidades da questão urbana em Mariana-MG?*

No que concerne a *justificativa pessoal*, o interesse por essa temática parte da minha trajetória e realidade de vida. Sou natural de Ponte Nova, Minas Gerais, mas residi durante toda minha infância e juventude na cidade vizinha, chamada de Acaiaca.

Minha família sempre foi minha mãe – mulher guerreira e na qual tenho muito orgulho – que me criou sozinha, diante a própria sorte, quando saiu do nordeste para vir morar em Minas Gerais. Passamos por muitas dificuldades, inclusive fome, pois meu pai, apesar de trabalhar, gastava todo o dinheiro que ganhava e deixava faltar alimento em casa. Assim, quando minha mãe se mudou sozinha para Acaiaca, trabalhou na casa de família em troca de alimento para saciar nossa fome. Posteriormente, ela conseguiu o primeiro emprego como frentista de um posto de gasolina, o que possibilitou que nossa vida – dentro das condições de pobre – melhorasse. Passados oito anos, minha mãe mudou-se para a cidade de Mariana, para trabalhar como vigilante patrimonial em uma agência bancária. Inicialmente, eu continuei na cidade de Acaiaca e, assim que conclui o ensino médio, mudei-me, também, para morarmos juntas.

Neste período residíamos num condomínio, mais conhecido como “predinhos da Vale”. Mas como todas as despesas da casa ficava na responsabilidade de minha mãe, houve um período que o aumento do aluguel ficou inviável no seu orçamento. Certo dia, um conhecido dela mostrou a ocupação – hoje conhecida como Novo Horizonte – dizendo que um homem, que ocupou determinado pedaço de terra, estava vendendo o terreno junto com o “barraco”. Lembro-me que, quando passamos a ocupar, existiam poucas casas dentro da

ocupação e na região baixa, onde nós residimos até hoje, existiam apenas duas moradias, além da nossa.

Foi assim que, após conhecer a terra, minha mãe aceitou a oferta, angariando o necessário a partir da venda de um carro velho e de um empréstimo bancário. Éramos mais uma família apostando toda a sorte de conseguir uma casa própria, dentro de uma cidade com o custo de vida tão elevado, e, mesmo sem espaço, colocamos todos os nossos pertences dentro do “barraco”. Essa decisão se deu não só porque não tínhamos condições de manter um aluguel tão caro, mas, também, porque tínhamos a esperança de que poderíamos empregar esse dinheiro – que “vai e não voltava mais” – em outras necessidades. Além do que, era extremamente necessário morar dentro da casa – mesmo com todos os riscos – para que a terra não fosse ocupada por outra pessoa.

Neste contexto, deparei-me com uma realidade que não conhecia. Presenciei mais “barracos” sendo construídos, literalmente, da noite para o dia, pois, se não fossem edificados no período da madrugada, a Defesa Civil, juntamente com a Guarda Municipal ou Polícia Militar, os derrubava – o que, infelizmente, aconteceu com alguns. Assim, não podíamos mexer nas cercas do terreno e nem expandir as nossas casas durante o dia, que nos tornávamos alvos, de advertências ou fotos – que até hoje não sei para qual finalidade eram tiradas –, da Defesa Civil.

Vivenciei e presencio até hoje homens e mulheres trabalhadores/as ligando penas d’água<sup>1</sup>, encanando esgoto por debaixo da terra e ligando “gatos” na rede de luz para conquistar o básico de condições para morar. Apesar dessa luta cotidiana, no início da ocupação sofremos com o preconceito da população vizinha, sendo chamados de “aproveitadores” e “vagabundos”, e a discriminação, por sermos considerados moradores em “condição irregular”, sendo negado inclusive o serviço de entrega de compras no nosso endereço. Sentimos a segregação na pele!

Criou-se, então, uma associação de bairro na ocupação que, no princípio, estava engajada na busca de melhorias para a população. Neste período foi deliberado o nome da ocupação (Novo Horizonte) e o nome das ruas, colocando

---

<sup>1</sup> As ligações do encanamento de água na ocupação Novo Horizonte, são utilizadas das seguintes formas: perfuração de poços artesianos, fornecimento de água das vizinhanças de bairros legalizados e conexão informal dos encanamentos de água advindos de outros bairros.

números nas casas. Nos preocupávamos em manter as ruas limpas, livres de lixo e esgoto a céu aberto, para garantir a boa imagem perante aos olhos da população marianense e do poder público municipal, demonstrando que erámos organizados, apesar de todos os obstáculos encontrados.

Hoje Novo Horizonte não está mais assim. Nossas ruas encontram-se intransitáveis por causa da chuva, abriu-se enormes buracos que deixam os canos de esgoto à amostra e, em muitos lugares, há esgotos a céu aberto. Em alguns momentos falta água e, para não ficarmos com as caixas d'águas vazias, temos que comprar dos vizinhos que possuem poço artesiano.

Nossa associação de bairro, ao longo do tempo, perdeu sua força e objetivo, está sendo utilizada para fins políticos eleitorais e a população já não acredita na única instituição jurídica que possuímos para buscarmos melhorias e fazer frente aos nossos direitos. Quanto aos nossos representantes políticos municipais, nenhum entrou na ocupação, a não ser para pedir votos durante as eleições!

E o reconhecido “dono da terra”? Este se chama Roberto Rodrigues, dono da Mina de Ouro, localizada no distrito de Passagem de Mariana e, segundo relato de alguns, dono de quase todo subsolo de Mariana. Segundo ele, não há intenção de tirar as famílias que residem em Novo Horizonte e, por isso, não entrou com o pedido de reintegração de posse. Contudo, o “proprietário” deseja que a Prefeitura de Mariana compre a terra. A Prefeitura, por sua vez, alega não ter recursos financeiros para tal, mas construiu três prédios dentro da área de ocupação para contemplar famílias cadastradas de baixa renda. Entretanto, acredito que nós somos os verdadeiros donos dessa terra, pois quando estava inativa, foram os moradores que deram função social a ela!

Ao ingressar na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) para cursar Serviço Social, apreendi o arcabouço teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político da profissão e, assim, tive condições de fazer uma leitura mais aprofundada da realidade e perceber o papel e a importância da propriedade privada na sociedade capitalista. Desde então, consegui identificar minha própria realidade neste contexto e me reconhecer como um sujeito de direitos. Quebrei meus próprios

preconceitos de me ver como moradora de ocupação e comecei a publicizar e afirmar para todos o lugar onde resido.

No entanto, reconheci que não era o suficiente. Por isso, ao cursar a disciplina de Pesquisa em Serviço Social I e II senti-me na responsabilidade de levantar o nome da ocupação Novo Horizonte para que todos os meus colegas de classe – muitos deles moradores marianenses – conhecessem esta realidade. Agora, estando no momento de elaborar a monografia, identifiquei que não possuo condições instrumentais para responder todas as minhas dúvidas. Por isso, reconheci a necessidade de pesquisar o passado de Mariana para, então, conseguir interpretar as condicionalidades impostas aos moradores das ocupações no presente.

Além disso, a inserção no LIVRE HERMANA – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação Social Latino-americana e Brasileira contribuiu para a apreensão do conhecimento sobre a condição da América Latina e também do Brasil, enquanto país periférico inserido numa relação de dependência perante outros países a nível mundial. Portanto, somos trabalhadoras/es superexploradas/os diariamente para atender as necessidades do capital, que, além disso, reduz nosso território a mero fornecedor de matéria-prima, demandada à economia mundial. No entanto, para além das amarras do capitalismo, somos um país com as vísceras a amostra, em dívida com a nossa própria história. Por isso estudar a formação social brasileira mostrou-se de grande relevância para a pesquisa, principalmente por situar que somos um país possuidor de história e cultura.

Diante a esses aspectos da minha trajetória política, em âmbito pessoal e acadêmica, me propus a analisar as particularidades da questão urbana em Mariana a partir do resgate de sua formação socio-histórica desde o Brasil colônia para ter condições de interpretar o presente, especialmente com relação ao ordenamento do solo urbano e a exclusão do acesso ao direito à moradia.

Ou seja, estamos diante a negação de uma necessidade vital básica, a moradia, prevista na Constituição Federal de 1988. Uma vez que, é perceptível o descaso do poder público estadual e municipal perante a nós, esta parcela da população obrigada a ocupar os morros da cidade a décadas, por não dispor de

condições materiais para arcar com os altos preços da especulação imobiliária da cidade. Desse modo, este estudo apresenta *justificativa social*, pois, além, de resgatar qualitativamente as relações sociais que originaram a cidade de Mariana, visa, também, analisar o processo urbanização.

O que se coloca imprescindível para compreender a questão urbana no território, haja vista que o município apresenta um crescente processo de urbanização e ocupação ao longo dos anos, que se dá particularizado pela insuficiência da política social direcionada à habitação de interesse social. Nesse sentido, destaca-se que, ainda que o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) tenha sido criado em 2005, pela Lei n. 11.124, apenas em 2019, quatorze anos depois, é criado no município o Programa de Habitação de Interesse Social, com a Lei Complementar n. 191<sup>2</sup>. Portanto, essa negação do acesso à moradia apresenta-se como uma das múltiplas expressões da “questão social” no município de Mariana.

Desse modo, este estudo é de grande *relevância científica* para o Serviço Social, por destacar que a *questão urbana* não decorre apenas da violação de direitos, da ineficiência das instâncias governamentais ou da ausência de políticas habitacionais. Pois, para além disso, a negação à habitação digna é uma consequência dos ditames da sociedade capitalista, que concentra toda riqueza nas mãos da classe burguesa, que detém a propriedade dos meios de produção. Acerca disso, preconiza a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) sobre a necessidade de

Aprofundar a construção de fundamentos teórico-metodológicos, em uma perspectiva de totalidade, para embasar a análise crítica das expressões da questão social no âmbito da questão agrária, urbana e ambiental, em sua materialidade na realidade brasileira, bem como sobre as estratégias de intervenção profissional nestes campos [...] (ABEPSS, 2012, p. 464).

Portanto, é importante que a *questão urbana* seja entendida a partir da particularidade de cada região, produzindo análises mais aprofundadas que possam contribuir na formulação de propostas criativas e propositivas tanto no que tange a

---

<sup>2</sup> A Lei Complementar n. 191, de 05 de novembro de 2019, que institui o Programa Municipal de Habitação de Interesse Social, dispõe sobre o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social e dá outras providências, está disponível em: [http://www.mariana.mg.gov.br/uploads/prefeitura\\_mariana\\_2018/diario\\_oficial\\_pmm/o\\_monumento\\_n\\_1167\\_08-11-2019.pdf](http://www.mariana.mg.gov.br/uploads/prefeitura_mariana_2018/diario_oficial_pmm/o_monumento_n_1167_08-11-2019.pdf).



atuação profissional, quanto à luta da população em ocupações. Nesse sentido, há relevância dessa pesquisa para o Serviço Social pois, como observado no último relatório do Grupo de Trabalho “Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social” da ABEPSS (2019b, p. 2):

[...] a consolidação da área no âmbito da tematização do Serviço Social é um fato. No entanto, carece ainda de ampliação e complexificação, mas, especialmente, de maior sinergia e diálogo com as demais áreas temáticas para auxiliar no enfrentamento de seus próprios desafios internos.

Diante a isso os objetivos dessa pesquisa visa fortalecer o conhecimento da formação socio-histórica de Mariana-MG, a fim de subsidiar tanto a formação quanto o trabalho profissional nesse território. Isto é, busca-se adensar o *Núcleo de fundamentos da particularidade da formação socio-histórica da sociedade brasileira*<sup>3</sup>, sendo que

Este núcleo remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua configuração dependente, urbanoindustrial, nas diversidades regionais e locais, articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional (ABEPSS, 1996).

Assim sendo, essa pesquisa está norteada pela defesa dos valores essenciais da autonomia, liberdade, diversidade, participação, pluralismo, equidade, justiça social e competência, presentes no Código de Ética do Assistente Social (CFESS, 2012), logo, se opondo a todas as formas de autoritarismo, preconceito, dominação, exploração e discriminação (BARROCO; TERRA, 2012).

Desse modo, o *objetivo geral* dessa pesquisa é *analisar a gênese e o desenvolvimento da questão urbana em Mariana-MG*; e os *objetivos específicos* consistem em: *apreender os conceitos de formação socio-histórica e questão urbana na teoria social marxista e sistematizar alguns elementos da formação socio-histórica marianense buscando contextualizar a questão urbana no marco temporal*

---

<sup>3</sup> Cabe destacar que não há relação hierárquica entre este núcleo e os outros dois núcleos de fundamentação da formação profissional (1- *Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social* e 3- *Núcleo de fundamentos do trabalho profissional*). Isso, pois, “[...] uma vez que remetem a um conjunto de conhecimentos indissociáveis para a apreensão da gênese, das manifestações e do enfrentamento da questão social, eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional. Portanto, os Núcleos mencionados não são autônomos nem subsequentes, expressando, ao contrário, níveis diferenciados de apreensão da realidade social e profissional, subsidiando a intervenção do Serviço Social” (ABEPSS, 1996, p. 9).

do século XVIII ao Século XX. Estes objetivos serão desenvolvidos a partir dos procedimentos metodológicos expressos a seguir.

## 1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objeto de pesquisa desse trabalho de conclusão de curso é *As particularidades da gênese da questão urbana em Mariana-MG*. Este é compreendido enquanto objeto construído que “[...] constitui uma tradução, uma versão do real a partir de uma leitura orientada por conceitos operadores”, ou seja, “a realidade reconstruída na qual constitui-se um objeto de conhecimento científico” (MINAYO, 2009, p. 33).

Esse propósito de investigação científica possui caráter exploratório que tem como objetivo proporcionar familiaridade com o problema para torná-lo mais explícito e considerar os mais variados aspectos relativos ao fato estudado (GIL, 2002). Além disso, trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, isto é, trata de “[...] um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2009, p. 21).

Visto a classificação dessa pesquisa, cabe esclarecer que a metodologia requer, também, a definição do método e das técnicas de pesquisa, como aponta Minayo (2009, p. 14), isto é, “[...] a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência pessoal e sua sensibilidade)”.

Neste contexto, para compreender a realidade do objeto em sua totalidade, o método de pesquisa será baseado no materialismo histórico dialético de Karl Marx, que se difere de toda interpretação imediatista, positivista ou empirista, ou seja, uma leitura da realidade que transcende a aparência para alcançar a essência. Esse método estrutura-se em três dimensões, que, segundo José Paulo Netto (2011), baseia-se na *totalidade*, *contradição* e *mediação*. Na concepção de Marx, a *totalidade* parte do alto nível de complexidade para compreender a totalidade no menor nível de complexidade, não de forma simples, mas dinâmica, articulada e

estruturada. Em que o movimento se dá a partir da contradição, pois nenhuma totalidade é igual as outras, na qual seus limites, controles e soluções dependem da natureza de cada uma delas, cabendo a própria pesquisa descobri-las. Portanto, estima-se descobrir as relações que compõem as totalidades na sua diversidade e entre elas, ou seja, descortinar a mediação que articulam as totalidades de forma contraditória. Portanto para Marx, a teoria social é uma modalidade peculiar de conhecimento, que se difere de todas outras. Conhecer a teoria é, também, conhecer o objeto “tal como ele é, em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador” (MARX, 1982 *apud* NETO, 2011, p.21).

No que tange às técnicas, faremos uso da pesquisa bibliográfica, a fim de alcançar os objetivos específicos. Segundo Gil (2002, p.44), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Cabe destacar que a escolha por essa técnica é devido “[...] a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço” (GIL, 2002, p. 45).

Sendo assim, conforme apresentado no *segundo capítulo*, buscaremos apreender os conceitos de *formação socio-histórica e questão urbana* na teoria marxista. Para isso, faremos uso das obras que apresentam uma síntese qualificada nesse campo teórico. Portanto, para entender o conceito de *formação socio-histórica*, foram consideradas as contribuições de Emilio Sereni (2013) e Netto e Braz (2006); e, para entender a *questão urbana*, as contribuições de Ellen Wood (2000), Netto e Braz (2006), CFESS (2016), Icasuriaga e Ramos (2012); Farage e Dias (2016) e Boulos (2012).

Posteriormente, como apresentado no *terceiro capítulo* buscaremos a elencar de alguns elementos da *questão urbana* em Mariana-MG. Para isso, faremos uso de bibliografias coletadas a partir da plataforma digital Google Acadêmico<sup>4</sup> – que possibilita a localização de artigos, teses, dissertações e livros

---

<sup>4</sup> Disponível em: <https://scholar.google.com.br/schhp?hl=pt-PT>.

disponíveis *on-line* – utilizando como termo de busca “Mariana-MG”. Das produções encontradas, após a leitura dos resumos, foram selecionados 05 artigos – Borsoi (2011), Cymbalista, Cardoso e Nakashima (2019), D’Angelo e Pereira Costa (2016), Fonseca (2015), Passos (2018) –; 01 livro – Chaves, Pires e Magalhães (2012), sendo deste selecionado 07 artigos: Barbosa *et. al* (2012), Andrade (2012), Chaves e Andrade (2012), Gonçalves e Souza (2012), Magalhães (2012), Maia (2012), Pires (2012); e 01 trabalho de conclusão de curso – Maia (2017). Portanto, a análise apresentada consiste da coleta de dados do total de 13 artigos científicos, cuja identificação foi catalogada considerando o nome do autor(a), área do conhecimento título e objetivo, conforme demonstra o quadro elencado abaixo.

<b>Autor/a</b>	<b>Área do conhecimento</b>	<b>Título</b>	<b>Objetivo</b>
Marcus Vinícius	Filosofia	A educação como expressão do urbano na cidade de Mariana/MG na primeira metade do século XIX	Processo de configuração do espaço social representado por Minas Gerais, bo século XIX, região que teve como principal marca o fato de ter sido urbana antes de se tornar rural
Cláudia Maria das Graças Chaves; Maria do Carmo Pires e Sônia Maria de Magalhães	História	Casa de Vereança de Mariana- 300 anos de história da Câmara Municipal	Levantamento da formação da cidade de Mariana e os seus distritos ao longo das margens do Rio do Carmo. O funcionamento dos comércios e os moradores da Vila do Carmo no séc. XVIII. A representação da sociedade e o poder leal de Mariana através dos inventários de bens e imóveis. Mariana no século XIX e a disputa pelo território urbano diante do património histórico.
Raphael Queiroz D’Ángelo e Stael de Alvarenga Pereira Costa	Arquitetura e Urbanismo	A identificação dos sistemas de espaços livres no núcleo histórico urbano em Mariana-MG	Identifica o plano urbanístico de Mariana de formato ortogonal, devido as inundações do Rio Ribeirão do Carmo. Bem como os traçados retilíneos de formato xadrez para controlar a população. Em contrapartida, evidencia o crescimento urbano desordenado e os espaços livres do território de Mariana.
Flora D’el Rei Lopes Passos	Arquitetura e Urbanismo	Espaços (con)sentidos? Gestão do Patrimônio cultural em Mariana/MG	Mariana como primeira cidade de Minas Gerais e a disputa pelo território, pelo fato de ser considerada Patrimônio Nacional pelo IPHAN. Explicita ainda, sobre as ocupações informais e as terras doadas na década de 70 e 80 como solução para o crescimento urbano advindo da mineração. e como o território de Mariana encontra-se pós rompimento da barragem de Fundão pela Samarco, Vale e BHP Bilinton.
Letícia Costa de castro Maia	Serviço Social	A questão habitacional como mercadoria: um estudo sobre a ocupação Alto do	A questão habitacional no município de Mariana, com enfoque na ocupação urbana do Rosário.

		Rosário em Mariana (MG)	
Diogo Fonseca Borsoi	Arquitetura e Urbanismo	O mundo urbano colonial: Norma e conflito em Mariana/MG (1740 a 1808)	Explicita sobre a organização espacial da cidade. Detalha com uma linguagem clara de como se consistia a compra e venda das terras (denominados aforamentos), o surgimento do bairro São Gonçalo e as arrematações e consertos das obras públicas
Renato Cymbalista; Patrícia de Menezes Cardoso e Rosimeire Nakashima	Arquitetura e urbanismo; Direito; arquitetura e urbanismo	O Plano Diretor de Mariana-MG – A difícil articulação entre planejamento urbano, patrimônio histórico e atores políticos.	Demonstra contradições na redação do seu texto ao afirmar que as terras concentram nas mãos de poucos proprietários, sendo o maior deles a mina de passagem de Mariana. Mas que ainda assim as habitações populares no município dispõem de infraestrutura. Que não existe favelas no município o poder público tem tido condições de prover terra para a população de baixa renda.

Com isso, a seleção das bibliografias se deu observando aquelas que retratem a síntese da história de constituição de Mariana, a fim de coletar elementos para compreender as particularidades que tangem *a gênese e o desenvolvimento da questão urbana* no município entre o século XVIII a XX. Nesse sentido, cabe destacar que esse estudo não tem a pretensão de exaurir o objeto estudado e, sim, de se configurar como um ponto de partida para estudos futuros. Desse modo, nas considerações finais, abordaremos os principais avanços alcançados com a pesquisa, apontando a pertinência de estudos futuros e no Anexo I disponibilizaremos todas as perguntas que nortearam a pesquisa sobre a formação socio-histórica de Mariana com as referidas respostas coletadas das 13 obras selecionadas.

## **2 FORMAÇÃO SOCIO-HISTÓRICA E QUESTÃO URBANA NA TEORIA SOCIAL MARXISTA**

Neste capítulo, será abordado o conceito de *formação socio-histórica* na Teoria Social Marxista. Essa consiste na explicação de que a existência de uma dada sociedade não é estática e, sim, constituída a partir de um constante movimento de continuidade e ruptura. Com o estudo desse conceito, busca-se subsidiar a compreensão da formação socio-histórica marianense, fundada no bojo do modo de produção capitalista.

Para isso, observa-se o surgimento do capitalismo, em sua fase agrária, destacando a emergência da propriedade privada, que expulsou os produtores do campo, separando-os dos meios de produção, e os constituiu enquanto trabalhadores assalariados desprovidos do direito à terra, cuja única fonte de sobrevivência passou a ser a venda de sua força de trabalho. Com isso, pode-se compreender a gênese da questão urbana, no marco da constituição das cidades no capitalismo. Em que a classe trabalhadora, para além de vender a única mercadoria que dispõe, sua força de trabalho, vê-se obrigada a disputar com a burguesia o acesso à terra.

Com esse percurso, constituímos a base para adentrar acerca da questão urbana na formação socio-histórica brasileira, a partir do acúmulo que a área de conhecimento do Serviço Social realizou ao longo de quarenta anos desde o processo de reconceituação da profissão ao final da década de 1970. Com isso, podemos compreender que a questão urbana é uma das expressões da “questão social”.

### **2.1 O CONCEITO DE *FORMAÇÃO SOCIO-HISTÓRICA***

O conceito de *formação socio-histórica* para Marx, diz respeito não só uma terminologia de caráter dinâmico de uma determinada sociedade, mas o “processo de formação de uma determinada sociedade ou sucessivas sociedades” (SERENI, 2013, p.304).

A utilização do termo “formação” surge uma vez na primeira elaboração completa da concepção materialismo histórico de Marx e Engels, no manuscrito de *A Ideologia Alemã*. No entanto, não tinha uma conexão direta com a qualificação de “social” ou “sociedade”, sendo que no seu lugar aparecia constantemente a nomenclatura “forma”. A passagem do termo no sentido estático para o sentido dinâmico, se expressa na contribuição da *Introdução à Crítica da Economia Política*, onde pela primeira vez surge o conceito de “formação econômico-social”, não no sentido estritamente econômico, mas como *processo* dinâmico de uma determinada realidade histórica. Tal fato foi reafirmado por Marx (2013, p.80, *apud* SERENI, 2013) em *O Capital*, quando afirma “que apreende o desenvolvimento da formação econômica da sociedade como um processo histórico-natural”.

Considerando ainda a reiteração sobre “formação”, Marx qualifica que determinada *formação social* diferencia sucessivas épocas históricas, na qual refere-se como “progressivas”. Ou seja, como um processo de passagem de uma *formação social* e época histórica para outra, no qual utilizou como exemplo a expropriação dos lavradores da Europa ocidental cuja propriedade privada era fundada sobre o *trabalho pessoal* e na sociedade capitalista a propriedade privada é fundada na *exploração do trabalho alheio* em troca de um salário.

Com relação ao adjetivo “econômica” do termo formação econômico-social, Sereni (2013, p.311) aponta que esse advém da intenção de atribuir-lhe a *modo de produção* podendo levar em consideração que ao utilizarem o termo, Marx e Engels designaram o “sistema de relações de produção, à estrutura econômica, na caracterização de toda forma dada”.

Contudo, conforme explicitado que formação econômico-social não está confinada apenas à esfera econômica, Sereni (2013, p. 315) afirma que Lênin, através do seu ensaio *Quem são os amigos do povo?*, situou a noção desta categoria como expressão fundamental do materialismo histórico, enquanto conceito de “*unidade* de todas as esferas estruturais e superestruturais ou outras da vida social; *da continuidade* e, ao mesmo tempo, *da descontinuidade* do desenvolvimento histórico”. Ou seja, a formação econômico-social, para além do modo de produção, representa a totalidade da vida social. Isto é,

[...] A análise das relações sociais (quer dizer, das estabelecidas sem a passagem pela consciência humana: na troca de produtos, os seres humanos estabelecem relações de produção, mesmo sem perceberem que se trata de relações sociais de produção) permitiu a observação da repetição e da regularidade e generalizar os regimes dos distintos países em só conceito fundamental: a formação social. [...] Marx permite ver como se desenvolve a organização mercantil da economia social; como ela transforma em economia capitalista e cria classes antagônicas (desta vez no contexto das relações de produção, a burguesia e o proletariado; como esta economia desenvolve a produtividade do trabalho social e introduz um elemento que entra em contradição irreduzível com os próprios princípios da organização capitalista (LÊNIN, 1894, p.3 *apud* SERENI, 2013, p. 317).

Segundo o autor, Lênin refuta a ideia de atentar-se somente para o modelo de uma determinada formação econômico-social, pois ele enfatiza a necessidade de estudar e considerar o funcionamento ou a existência de dada formação. Ou seja, uma sociedade tem de ser capaz de “[...] explicar as leis (históricas) específicas que regem o surgimento, a existência, o desenvolvimento e a morte de um dado organismo social e sua substituição por outro superior” (LÊNIN, 1894, p.11 *apud* SERENI, 2013, p. 335).

Neste aspecto, Marx (2008, p. 266 *apud* SERENI, 2013, p. 337) afirma que “em todas as formas de sociedade se encontra uma produção determinada, superior a todas as demais, e cuja situação aponta sua posição e sua influência sobre as outras”. Tratando-se do modo de produção capitalista, este é constituído a partir da *lei geral de acumulação capitalista*, cujo objetivo central é a criação de valor (NETTO; BRAZ, 2006). Portanto, observar a lei geral das formações sociais constitui-se o primeiro traço constitutivo do modelo estrutural de respectiva formação econômico-social. O segundo traço, diz respeito à contradição econômica e social entre grupos sociais, que no capitalismo corresponde ao antagonismo de classes: burguesia e trabalhadores. Isto é, enquanto o trabalhador livre só detém da sua mercadoria força de trabalho para vender em troca de um salário para sobreviver, o burguês não só detém os meios de produção, como se apropria de parte da riqueza produzida pelo primeiro (NETTO; BRAZ, 2006).

Compreender a lei geral e a contradição econômica e social, portanto, é o ponto inicial para analisar a lei específica própria de cada *formação socio-histórica* em particular. Diante a isso, pensando no objeto dessa pesquisa, faz-se necessário debruçar no conceito de formação econômico-social para localizar a especificidade da *questão urbana* da cidade de Mariana, inserida num país latino-americano



dependente, como o Brasil, e dominada pelos moldes do modo de produção capitalista, como veremos a seguir.

## 2.2 A QUESTÃO URBANA NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

A propriedade privada nasceu nas origens agrárias do capitalismo. Isto é, foi no campo que as práticas e as relações humanas modificaram-se, ocasionando uma ruptura com os antigos padrões fundamentais de relação do ser humano com a natureza para atender as suas necessidades vitais básicas (WOOD, 2000).

A interação do ser humano com a natureza mediante a transformação de matérias naturais em produtos para atender as suas necessidades, é denominada *trabalho*. Segundo Netto e Braz (2006) o trabalho não se realiza isoladamente, é sempre uma atividade coletiva que depende do outro para realizar determinadas atividades de forma articulada, de modo a propiciar a manutenção da vida dos membros da sociedade. É através do trabalho, que o sujeito transforma a natureza e, também, a si próprio, para constituir-se, além de ser natural, em ser social. Isto é,

[...] o trabalho não transforma apenas a matéria natural, pela ação dos seus sujeitos, numa interação que pode ser caracterizada como o *metabolismo entre sociedade e natureza*. O trabalho implica mais que a *relação sociedade/natureza*: implica uma *interação no marco da própria sociedade*, afetando os seus sujeitos e a sua organização. O trabalho, através do qual o sujeito transforma a natureza (e, na medida em que é uma transformação que se realiza *materialmente*, trata-se de uma transformação prática), transforma também o seu sujeito: foi através do trabalho que, de grupos de primatas, surgiram os primeiros grupos humanos – numa espécie de *salto* que fez emergir um novo tipo de ser, distinto do ser natural (orgânico e inorgânico): o ser social (NETTO e BRAZ, 2006, p. 34).

Nesta perspectiva, Wood (2000, p.13) sustenta a tese de que o capitalismo não surgiu das cidades, pois durante muitos milênios “os seres humanos proveram suas necessidades materiais por meio do trabalho da terra”. Nesta sociedade pré-capitalista existia uma divisão social constituída entre produtores diretos (os camponeses que trabalhavam na terra) e os apropriadores (senhores rurais que se apropriavam do produto). No entanto, os produtores camponeses permaneciam na posse dos meios de produção, especificamente a terra, e conseqüentemente tinham acesso aos meios de sua reprodução.

Marx considerou que a apropriação do trabalho excedente na sociedade pré-capitalista se dava por meios “extra-econômicos”, ou seja, pela utilização da coerção, podendo ser até as forças superiores: políticas, jurídicas e militares. Tal afirmativa é ponto crucial para diferenciar a sociedade pré-capitalista e a capitalista, pois, como esclarece Wood (2000), não está no local onde a produção se dá, em área urbana ou rural, e, sim, pelas relações de propriedade entre produtores e apropriadores que passa a ser mediada pelo mercado. Ou seja,

[...] Somente no capitalismo, a forma dominante de apropriação do excedente está baseada na expropriação dos produtores diretos, cujo trabalho excedente é apropriado exclusivamente por meios puramente econômicos. [...] os produtores diretos, numa sociedade capitalista desenvolvida, se encontram na situação de expropriados e devido ao fato de que o único modo de terem acesso aos meios de produção, para atenderem aos requisitos da sua própria reprodução e até mesmo para proverem os meios do seu próprio trabalho, é a venda da sua força de trabalho em troca de um salário, os capitalistas podem se apropriar da mais-valia produzida pelos trabalhadores sem necessidade de recorrer à coerção direta (WOOD, 2000, p 14).

Diante a isso, cabe ratificar que o capitalismo não surge devido ao mercado, pois ao longo da história da humanidade esse já existia como espaço onde as pessoas trocavam e vendiam seus produtos de variadas formas e com diversos objetivos. Entretanto, é somente na sociedade capitalista que esta relação se diferencia, em que toda mercadoria é produzida para atender aos anseios do mercado e não mais da humanidade. Acerca dessa, Netto e Braz (2006, p. 79), esclarecem que o “objeto externo ao homem, algo que, pelas suas propriedades, satisfaz uma necessidade humana qualquer, material ou espiritual – a sua utilidade, determinada pelas suas propriedades, faz dela um valor de uso”. No entanto, enquanto mercadoria esse produto passa a ser produzido devido ao seu *valor*, ou seja, principalmente, devido as necessidades de reprodução do capital. Sendo assim,

Para que haja produção de mercadorias, duas condições são absolutamente necessárias. A primeira diz respeito à existência, mesmo que incipiente, de divisão social do trabalho: para que se produzam diferentes mercadorias (ânforas, tecidos etc.), é preciso que o trabalho esteja de algum modo repartido entre diferentes homens (ou diferentes grupos de homens). Mas essa condição, necessária, não é suficiente para a produção de mercadorias: ela deve se articular à propriedade privada dos meios de produção – só pode comprar ou vender uma mercadoria aquele que seja o seu dono e, para tanto, é necessário que os meios com os quais a produziu pertençam a ele. Quando a propriedade dos meios de produção é coletiva, mesmo que se registre alguma divisão do trabalho, a compra e a venda não são possíveis, uma vez que o produto do trabalho pertence à coletividade em seu conjunto. Isso significa que a produção de mercadorias

tem condições indispensáveis a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção – sem ambas, produzem-se bens, valores de uso, mas não há produção mercantil (produção de mercadorias) (NETTO; BRAZ, 2006, p. 80).

Segundo Wood (2000), até o século XVII, considerável parte do mundo, inclusive da Europa, não estava inserida nos moldes do mercado capitalista. O objetivo do comércio estava concentrado basicamente no “lucro por meio da venda”, ou “comprar barato para vender caro”. Pode-se dizer, portanto, que o processo de circulação de mercadorias neste período caracterizava-se pela *produção mercantil simples*, no qual o produtor levava sua mercadoria ao mercado para vendê-la, a fim de obter outras mercadorias para consumo pessoal ou matérias-primas para continuar o seu trabalho. Esse padrão de produção se expressa da seguinte forma: M - D - M (Mercadoria - Dinheiro - Outra mercadoria) (NETTO; BRAZ, 2006).

Com a expansão da demanda por mercadorias e a utilização do dinheiro, em mercados cada vez maiores e mais afastados, a circulação de mercadorias foi se complexificando. Segundo Netto e Braz (2006, p 81), “Os comerciantes não controlavam ou dominavam a produção: sua atividade consistia em encontrar mercadorias que podiam comprar com preços baixos e vender a preços mais altos”. Neste aspecto, a *produção mercantil simples* modificou-se caracterizando a seguinte fórmula: D - M - D+ (Dinheiro - Mercadoria - Dinheiro Acrescido), que consisti na *produção ampliada*.

Deste modo, apesar dos princípios de comércio e das formas de exploração não capitalistas, os camponeses tinham acesso aos meios de produção, à terra, sem precisar de oferecer sua força de trabalho como uma mercadoria em troca de um salário para sobreviver. Em outras palavras, a relação entre os camponeses e os senhores de terras ou funcionários públicos não eram mediados pelo mercado e não dependia diretamente deste para sua reprodução. Como expõe Wood (2006, p.16):

Em consequência, os camponeses tinham acesso aos meios de produção, à terra, sem precisar oferecer sua força de trabalho no mercado como uma mercadoria. Senhores de terras e ocupantes de cargos públicos (office-holders), com a ajuda de vários poderes e privilégios extra-econômicos, extraíam sobre-trabalho dos camponeses diretamente, na forma de renda ou imposto. Em outras palavras, enquanto todo tipo de pessoa podia comprar e vender toda sorte de objetos no mercado, nem os camponeses-

proprietários que produziam nem os senhores de terras e funcionários (office-holders) que se apropriavam da produção dos outros, dependiam diretamente do mercado para as condições de sua reprodução, e as relações entre eles não eram mediadas pelo mercado.

Em contrapartida, a Inglaterra no século XVI se desenvolvia numa direção muito diferente em relação aos outros países europeus. O Estado feudal estava tornando-se fragmentado e os corpos sociais, tais como “nobres, corpos municipais e outras entidades corporativas” estavam centralizados no poder do Estado. E a sua infraestrutura caminhava a passos largos, contribuindo para o crescimento das cidades e para o aumento da taxa populacional, mediada por um mercado nacional desenvolvido, como afirma Wood (2000, p.17):

Mas havia uma exceção importante a essa regra geral. A Inglaterra, já no século XVI, se desenvolvia numa nova direção. Embora houvesse outros Estados monárquicos relativamente fortes, mais ou menos unificados sob a monarquia (como a Espanha e a França), nenhum era tão unificado quanto a Inglaterra (e a ênfase aqui é na Inglaterra e não nas outras partes das ilhas britânicas). [...] E no século XVI, a Inglaterra já percorreria um longo caminho no sentido de eliminar a fragmentação feudal do Estado e a soberania “dividida” herdada do feudalismo. Os poderes autônomos detidos pelos nobres, corpos municipais e outras entidades corporativas existentes nos outros Estados europeus estavam na Inglaterra cada vez mais concentrados no Estado central. Isso contrastava com os outros Estados europeus, onde mesmo monarquias poderosas continuaram por muito tempo a conviver penosamente com poderes militares pós-feudais, sistemas legais fragmentados e privilégios de corpos sociais. Os detentores desses poderes insistiam em preservar a autonomia diante da centralização do poder no Estado. [...] já no século XVI a Inglaterra possuía uma rede impressionante de estradas e de vias de transportes fluviais e marítimas que unificavam a nação de modo bastante excepcional para o período.

Na mesma medida em que a Inglaterra foi experimentando o pioneirismo do desenvolvimento pré-capitalista, as terras comunais dos camponeses foram sendo substituídas pelos *cercamentos*. Ou seja, houve uma grande concentração do território pelos senhores de terras e os camponeses (produtores diretos) foram sendo expropriados não só do uso da terra, mas de alguns direitos costumeiros que mantinham as comunidades aldeãs. Ou seja,

[...] comunidades camponesas tinham, desde tempos imemoriais, empregado vários meios de regulamentar o uso da terra conforme os interesses da comunidade aldeã: eles restringiam algumas práticas e concediam determinados direitos, tendo em vista não o aumento da riqueza do senhor ou da propriedade, mas a preservação da própria comunidade camponesa; às vezes, visando a conservação da terra ou a distribuição mais equitativa dos seus frutos, e, frequentemente, para socorrer os membros menos afortunados da comunidade. Até a propriedade “privada” da terra foi condicionada por essas práticas, que davam a não-proprietários certos direitos de uso da terra apropriada por outra pessoa. Na Inglaterra,

existiram muitas dessas práticas e costumes. Era o caso das terras comunais, que podiam eventualmente ser usadas pelos membros da comunidade como pasto ou para apanhar lenha, e havia também diversos tipos de direitos concernentes às terras privadas- tais como o direito ao recolhimento dos restos da colheita em determinados períodos do ano (WOOD, 2000, p.21).

Neste contexto, eis que surge a concentração da propriedade privada, na qual implicava que a terra fosse produtiva não pelos camponeses, mas por arrendatários. Os senhores de terras passaram a coagir diretamente os arrendatários para extraírem a renda da produção da terra e também para aumentar sua produtividade, de modo a atender o mercado. Os arrendatários por sua vez, ficaram não só condicionados as pressões dos senhores de terras, como dependentes do mercado para venderem seus produtos, no sentido primordial de pagar o aluguel para continuarem sobre a posse da terra, ou melhor dizendo, dos meios de produção. Inseridos na lógica do mercado, os arrendatários também ficaram submetidos à concorrência, pois quanto mais os agricultores produziam, mais as terras cresciam. Por outro lado, os agricultores que fracassassem tornando-se menos competitivos, eram expulsos do mercado para se juntarem aos “sem-terra” (camponeses expropriados) (WOOD, 2000).

De acordo com Netto e Braz (1998), a barbárie deste processo culminou na concentração de terra nas mãos de poucos e numa massa de pessoas desprovidas de tudo, com exceção de sua força de trabalho para vender. Em suma, esta população “livre da servidão” foi obrigada a migrar para outros lugares em busca de trabalho, dando origem ao que mais tarde iria se chamar de “classe trabalhadora”. No entanto, esta transição ao modo de produção capitalista, ao mesmo tempo de gestou os trabalhadores, também, gestou a burguesia, para comprar a força de trabalho. Segundo Wood (2000), na mesma proporção em que estavam inseridos na lógica do mercado, os proprietários e arrendatários tornaram-se preocupados com o denominado “melhoramento”, no qual visava o aumento da produtividade para lucrar mais. Desse modo,

Ao mesmo tempo, a palavra começou a adquirir um significado mais geral, no sentido com o qual a entendemos hoje (pode ser útil refletir a respeito de uma sociedade na qual a palavra “melhorar” tem como raiz lucro monetário), mesmo quando associada à agricultura, atualmente, ela perdeu um pouco da sua antiga especificidade – de modo que, por exemplo, alguns pensadores radicais do século XIX podiam adotar a palavra *improvement* (melhoramento) no sentido de agricultura científica, sem a conotação de lucro comercial. Mas no início do período moderno, produtividade e lucro

estavam indissoluvelmente ligados no conceito de *improvement* (melhoramento), o que resume bem a ideologia da classe agrária capitalista (WOOD, 2000, p.20).

O termo “melhoramento”, portanto, não significava “melhorar” tal como hoje é conhecido. Designava-se ao processo do qual se melhorava a produtividade da terra através de técnicas avançadas, e não só isso, significava também as novas formas e concepções de propriedade. Sendo assim,

[...] os melhoramentos não dependiam em primeira instância de inovações tecnológicas significativas – apesar de que novos equipamentos estavam sendo usados, como o arado com roda. Em geral, era mais uma questão de desenvolvimento de técnicas agrícolas: por exemplo, cultivo “conversível” ou “em degrau” – alternância de cultivo com períodos de descanso, rotação de cultura, drenagem de pântanos e terras baixas etc. (WOOD, 2000, p.20).

Entre os séculos XVI e XVIII, para os proprietários e os arrendatários a terra não deveria ter nenhum tipo de obstrução da sua produção e lucratividade. Tal fator deu origem à extinção dos direitos costumeiros dos camponeses, consolidando a propriedade privada em detrimento da propriedade comunal, isto é, tem-se instituído o obstáculo do acesso terra, com a eliminação do uso coletivo dessas. Essa nova concepção substituiu a “concepção tradicional de propriedade” para o “conceito capitalista de propriedade”. Portanto,

[...] os melhoramentos também significavam algo mais do que novos métodos e técnicas de cultivo. Significavam novas formas e concepções de propriedade. Agricultura “melhorada” para o proprietário de terras empreendedor e seu próspero capitalista arrendatário implicava propriedades aumentadas e concentradas. Também implicava – talvez em maior medida – a eliminação dos antigos costumes e práticas que atrapalhassem o uso mais produtivo da terra (WOOD, 2000, p.20).

Neste aspecto, o que era considerado no feudalismo como *reprodução simples*, a partir da *propriedade privada*, modificou-se em uma nova fórmula econômica: a *reprodução ampliada*. É nesse sentido, que a fórmula D - M - D' exprimiu o “movimento do capital”. Primeiro o capitalista (dono dos meios de produção) dispende de uma quantidade de dinheiro (D), produz mercadorias (M) – a partir da compra de matérias primas, máquinas e força de trabalho. Sendo, essa última – força de trabalho (F) – essencial ao acréscimo do investimento realizado no início da produção (D'). Esse acréscimo, porém, nomeado como lucro, não é o mesmo da circulação mercantil simples (D+), pois, em suma, o lucro é a aparência da mais-valia, essência. Isto é, na fórmula D - M - D', a força de trabalho produz

além do tempo socialmente necessário. Assim, só há geração de mais –valia quando o capitalista se apropria da riqueza produzida pelo trabalho excedente e não paga o equivalente na forma de salário (NETTO; BRAZ, 2006).

Tal processo, emerge ainda no período do capitalismo agrário, expresso na tríade identificada por Marx: proprietários de terras, arrendatários capitalistas e trabalhadores assalariados. Tal configuração intensifica a disputa pela terra, e os sem-terra são vistos como uma ameaça à ordem social. Conseqüentemente, as classes agrárias buscaram o Estado para a defesa de seus interesses, levando a um novo tipo de cercamento no século XVIII, os chamados “cercamentos do Parlamento”. Com isso, o capitalismo inglês constituiu-se como novo tipo de *formação socio-histórica* com “leis do movimento” nunca visto em outro período histórico, transformando-se em pré-condições para o desenvolvimento do capitalismo maduro. Tal processo ocasionou a ruptura da relação do ser humano com a natureza, enquanto processo necessário a reprodução ampliada baseada na lei geral de acumulação capitalista, que culminou numa grande massa de expropriados e, conseqüentemente, numa crescente população urbana. Sendo assim,

[...] sem o capitalismo agrário inglês, não teria havido uma massa de expropriados obrigados a vender sua força de trabalho por um salário. Sem essa força de trabalho não-agrícola expropriada, não teria havido um mercado de consumo de massa para os bens de consumo diário – como alimentos e têxteis – que lideraram o processo de industrialização na Inglaterra. E sem a sua crescente riqueza, associada às novas motivações para a expansão colonial – motivações distintas das antigas formas de aquisição territorial – o imperialismo britânico teria sido algo muito diferente da máquina de capitalismo industrial que ele se tornou. E (este é sem dúvida um ponto mais controverso) sem o capitalismo inglês provavelmente não haveria nenhum capitalismo: foram as pressões competitivas emanando da Inglaterra, especialmente a Inglaterra industrializada, que compeliram os outros países a promover seu desenvolvimento econômico no sentido capitalista (WOOD, 2000, p.27).

Analisando o processo do “melhoramento”, tal como Wood (2000) evidenciou, é nítido que por um lado existia uma grande quantidade de terra com uma produção que daria para alimentar uma grande população. No entanto, o objetivo final era somente atender os anseios do mercado visando o lucro. Isso significa que no sistema capitalista, a produção e a qualidade nos variados aspectos da vida são indissociáveis, pois na mesma medida em que se produz riqueza também se produz pobreza.

É possível observar que com a evolução da organização urbano-industrial a polarização da riqueza e da pobreza tem se expressado de variadas formas. Contudo, o que é inegável é que ao longo da história o que perdura é o exército industrial de reserva, ou seja, os antigos expropriados da terra, que hoje são fundamentais para a produção capitalista. Essa mesma massa de expropriados, possui função importante para a produção enquanto força de trabalho “livre”, que pode ser requisitada a qualquer momento pelo capitalista. Tais disparidades sociais são, portanto, engendrada pela lei geral da acumulação capitalista, que é a gênese da “questão social”. Isto é, a “questão social” diz respeito ao conjunto das “disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais” (IAMAMOTO, 2001, p.17). Assim podemos concluir, conforme Marilda lamamoto (2001, p. 16), que

[...] a questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensável sem a mediatização do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto a apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do “trabalhador livre”, que depende da venda de sua força de trabalho como meio de satisfação de suas necessidades vitais. A questão social expressa portanto disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. Envolve simultaneamente um luta aberta e surda pela cidadania (IANNI, 1992). Esse processo é denso de conformismo e rebeldias, forjados ante as desigualdades sociais, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais.

Partindo desta compreensão, equivale dizer que o déficit habitacional sendo uma das particularidades da *questão urbana*, também se apresenta como uma das expressões “questão social”. Tendo em vista, que o proletariado inserido na sociedade capitalista, tem que disputar com a classe burguesa pelo direito à propriedade. Não pela produção para atender a lógica do mercado, mas para satisfazer as necessidades humanas básicas. Senão para sua própria reprodução nos vários aspectos da vida social, pelo menos para manter o mínimo de dignidade na luta pela sobrevivência no contexto das cidades. É nesse sentido que o surgimento das cidades é objeto de divergentes interpretações teóricas, como expressos nas contribuições de Marx e Engels (vinculado aos interesses da classe



trabalhadora e a emancipação social) e Durkheim e Weber (vinculado aos interesses da burguesia), como explicita Acsuriaga e Ramos (2012).

As autoras elencam que o conceito de cidade, para Durkheim, surge na sua obra *Da divisão do trabalho social*, em 1893. Neste período histórico em que havia claramente uma disputa entre burguesia e proletariado, Durkheim assimilava a “gênese e o desenvolvimento de cidade” baseado na solidariedade orgânica. Essa corresponde a indivíduos que possuem solidariedade, autonomia e uma individualidade própria. Ao contrário das sociedades pré-capitalistas regidas pela solidariedade mecânica, em que a divisão social do trabalho era praticamente inexistente, em que o trabalho era em prol da comunidade, tribo ou clã e entrelaçados por vínculos consanguíneos. Desse modo o autor entendia que

Quanto mais os membros de uma sociedade são solidários, mas mantém relações diversas seja uns com os outros, seja com o grupo tomado coletivamente, pois, se seus encontros fossem raros, só dependeriam uns dos outros de maneira intermitente e fraca. Por outro lado, o número dessas relações é necessariamente proporcional ao das regras jurídicas que as determinam. De fato, a vida social, onde quer que exista de maneira duradoura, tende inevitavelmente a tomar uma forma definida e a se organizar e o direito nada mais é que essa mesma organização no que ela tem de mais estável e de mais preciso (DURKHEIM, 1999, p. 31 *apud* ACSURIAGA; RAMOS, 2012, p. 266).

Para Durkheim, a cidade é um território com um aglomerado de pessoas, meios de produção, meios de comunicação e transporte. Mas, afirma que o processo de produção vai além da esfera econômica, espraia-se para a sociedade através das “funções políticas, administrativas e jurídicas”. Segundo as autoras Icasuriaga e Ramos (2012), a divisão social do trabalho para ele tem como função o crescimento produtivo e habilidade do trabalhador, podendo assim dizer com as próprias palavras do autor: “é a fonte da civilização”.

Para esse teórico clássico, o cidadão vai surgindo na medida em que a divisão social do trabalho vai se intensificando. Surge um processo em que as relações de trabalho não são mais os laços de consanguinidade, mas pelo vínculo profissional. Daí se originam os conflitos, as tensões e as divergências, pois apesar de muito próximos devido a solidariedade orgânica, na sociedade inicia-se uma competitividade entre as funções.

No entanto, quanto mais as funções se aproximam, mais há entre elas pontos de contato, mais, por conseguinte, elas são expostas a se combaterem [...]. Nunca o magistrado concorrerá com o industrial; mas o cervejeiro e o vinhateiro, o fabricante de tecidos e o fabricante de sedas, o poeta e o músico muitas vezes se esforçam por se suplantar um ao outro. Quanto aos que desempenham exatamente a mesma função, só podem prosperar em detrimento uns dos outros (DURKHEIM, 1999, p. 3 p. 264-265 *apud* ACSURIAGA; RAMOS, 2012, p. 266).

Assim, considera que a cidade e todo conjunto da sociedade é o espaço privilegiado desta luta pelos indivíduos. E como resolução destes conflitos, Durkheim afirma na sua obra *“As causas e as condições”* que para haver o controle e o equilíbrio dos conflitos sociais, é necessário o Estado legislar, normatizando através de regulamentação jurídica os problemas advindos das novas divisões do trabalho

Outro aspecto, com relação ao conceito de cidade para Durkheim, é sobre a propriedade privada como um direito sagrado. A inviolabilidade da terra é derivada dos antepassados religiosos que foram enterrados e que através dos ritos fúnebres sacralizaram a terra. Ao estarem mortos aproximaram-se dos deuses e tornaram-se divindades, por isso, o usufruto da terra que cabia somente aos deuses com a evolução da humanidade estendeu-se para a coletividade, e posteriormente para os indivíduos que se destacaram por suas qualidades (ICASURIAGA; RAMOS, 2012).

E por fim, como síntese do desenvolvimento histórico da cidade, Durkheim considerou que a concentração populacional no território se dá entre os povos mais avançados; que a formação de cidade e do seu desenvolvimento impele os indivíduos a terem mais contato uns com os outros; e que a quantidade e agilidade dos meios de comunicação diminuem a distância entre os segmentos sociais e aumenta a densidade das sociedades (ICASURIAGA; RAMOS, 2012).

O teórico clássico Weber, também dialogou sobre a concepção de cidade e, por isso, é considerado “um dos fundadores da sociologia urbana”. Seu estudo considera a cidade “como um sistema peculiar de forças, que só podia surgir em condições sociais particulares, num momento historicamente determinado” (ICASURIAGA; RAMOS, 2012, p.274).

Através da sua pesquisa histórica, Weber buscou a compreensão sobre fenômeno urbano em sua diversidade comparando a cidade antiga e medieval, oriental e ocidental. E suas análises, assim como de Durkheim partiram da

circulação de mercadorias. Para ele, existem dois tipos de cidade: a de consumo e a de produção. No primeiro tipo de cidade, os habitantes dedicam-se ao consumo, vivendo da renda fundiária, da renda capitalista ou de aposentados que usufruem da pensão do Estado. No segundo tipo de cidade, os habitantes são vinculados à produção e especializados nas atividades industriais e comerciais, podendo considerar um terceiro tipo que é o da atividade agrícola. Para Weber, portanto, a centralidade do mercado não está relacionado apenas com o fornecimento de produtos para atender as necessidades da corte, mas na relação que existe entre seus habitantes (ICASURIAGA; RAMOS, 2012).

Para além destas observações, ele reconhece que o território urbano ultrapassa a condição estritamente econômica, pertence também à natureza política. E analisa, também, que na passagem do feudalismo para o capitalismo a cidade ocidental, embora tenha assumido aspectos asiáticos com a industrialização no seu interior, diferenciava-se daquelas existentes na antiguidade em razão do direito fundiário. Para Weber, esta transição representava um lugar de ascensão da servidão à liberdade (ICASURIAGA; RAMOS, 2012). Isto é,

com oportunidades relativamente constantes de ganhar dinheiro no comércio ou no artesanato, era para muitos senhores um motivo para não explorar seus escravos ou servos na própria casa ou empresa como mão-de-obra, mas sim como fundo de renda – isto é, treinavam-nos como artesãos ou pequenos comerciantes e depois mandavam-nos, eventualmente (assim, na Antiguidade) abastecidos com meios de produção, à cidade, onde exerciam uma atividade aquisitiva, em troca de pagamento de um censo pessoal [...]. A possibilidade de comprar a liberdade aumentava o rendimento econômico especialmente dos pequenos burgueses não-livres, e por isso não é nenhum acaso que, na Antiguidade e na Rússia, precisamente nas mãos dos libertos se acumulava uma grande parte dos primeiros patrimônios adquiridos em empreendimentos racionais de caráter artesanal ou comercial (WEBER, 1999, v. 2, p. 427 *apud* ICASURIAGA; RAMOS, p. 277, 2012).

Outro aspecto considerado sobre a cidade ocidental, é que ela apresenta um caráter *autocefálico* para Weber, na qual dispõe de autonomia jurídica, soberania, independência financeira e a subordinação dos seus cidadãos a sua jurisdição. No entanto, também trabalha com o conceito de usurpação revolucionária por parte dos burgueses na Idade Média com o nascimento de uma associação autônoma. Esta revolução foi a realização de uma conjuração dos burgueses, composto por militares, funcionários eleitos para ocuparem os cargos públicos para se apropriarem do poder judicial, do comando de guerra e de todos os assuntos do

município. Houve muita resistência por parte da igreja e dos monarcas que desejam o governo das cidades para si (ICASURIAGA; RAMOS, 2012)

Segundo Weber, havia um monopólio da administração das cidades até o aparecimento dos interesses da burguesia excluída. Neste período, existia uma burguesia em ascensão que se desenvolvia economicamente e educativamente, possuía a posse concentrada de terras e passaram a disputar no parlamento o direito de decisão sobre a administração das cidades, caracterizando-se em novas revoluções. Neste sentido, Icasuriaga e Ramos (2012), explicita que Weber considera que a cidade ocidental adquiriu um caráter específico com o desenvolvimento do capitalismo e na formação dos Estados-nação em detrimento da sua racionalidade.

No que tange os teóricos clássicos Marx e Engels, diferenciam-se dos demais citados acima, por voltar sua análise à classe trabalhadora, enquanto classe antagônica da classe burguesa. Isto é, “a cidade em Marx e Engels não se constituiu em objeto particular de análise. Ela é dimensão presente, real e objetiva no processo de gênese, consolidação e desenvolvimento da sociedade burguesa” (ICASURIAGA; RAMOS, 2012, p. 279). Como expõe Icasuriaga e Ramos (2012), na obra *A ideologia alemã*, Marx e Engels pontuam que a cidade nasce progressivamente no momento que a plebe foge dos campos dominados pelos senhores de terra, em busca de trabalho assalariado nas cidades. Com isso, na medida em que as forças produtivas foram se ampliando, a divisão do trabalho também se expandiu fazendo emergir a classe dos comerciantes.

No espaço urbano, surge também o fenômeno da política, através de aparatos que administram os surgimentos das necessidades sociais decorrentes desta sociedade. Para Marx e Engels, a separação entre o campo e a cidade é a maior divisão física e intelectual, pois, é somente nos moldes da propriedade privada e da expropriação, que a cidade torna-se fonte da concentração populacional e da produtividade, enquanto o campo torna-se a expressão do isolamento e da solidão. No entanto, segundo Engels é a própria densidade urbana que confere às relações sociais a impressão da indiferença, do isolamento e da solidão (ICASURIAGA; RAMOS, 2012).

Portanto, através da expansão comercial e da autonomia do capital, as cidades foram tendo maior intercâmbio para a circulação e as trocas de mercadorias. Com isso, para além do consumo, outros meios de produção foram surgindo e sendo deslocados para outras cidades, contribuindo para o surgimento das indústrias. Isto é, para estes teóricos clássicos, o primeiro avanço é que o comércio se transformou num capital móvel. Sendo que, posteriormente, com o descobrimento das Índias Orientais, a manufatura fez o capital adentrar numa nova fase, que possibilitou a ascensão da classe burguesa através do golpe da propriedade privada e que expandiu o mercado até tornar-se um mercado mundial. Em seguida deste movimento, os bens manufaturados foram sendo requisitados por outros mais avançados e, com o surgimento de “dinheiros pelos bancos”, o capital obteve um novo avanço com o denominado “capital financeiro” (ICASURIAGA; RAMOS, 2012).

Acerca disso, Marx associa em *Os Grundrisse* que o surgimento das grandes cidades está baseado na concentração da propriedade privada, dando lugar à possibilidade da apropriação privada do excedente através da exploração do trabalho alheio. Enfatiza também que nesta sociedade, quanto mais se acumula capital na cidade industrial, mais miseráveis são as habitações dos trabalhadores. Pois compreendendo as leis gerais do capitalismo, quanto maior é a riqueza, maior é a pobreza (ICASURIAGA; RAMOS, 2012).

Portanto, dos autores observados, tem-se em Marx e Engels o norteamento mais complexo para se pensar a cidade, adensando a compreensão da questão urbana com uma das expressões da “questão social”. Sendo assim, concorda-se com Marx quando aponta que para extinguir com a divisão social no contexto da propriedade privada e da extração do trabalho alheio, o caminho é superar a sociedade capitalista para alcançar um novo horizonte societário. Bem como Engels enfatiza, que para resolver o problema da moradia é necessário abolir o modo de produção capitalista, tendo em vista que a moradia se constitui como um bem privado que está sob o proveito de poucos (ICASURIAGA; RAMOS, 2012).

## 2.3 A QUESTÃO URBANA NO BRASIL

Diante os estudos abordados até aqui, tem-se posto os fundamentos para compreender porque a cidade na contemporaneidade tem sido o espaço de muitos conflitos entre a classe trabalhadora, cujos direitos estão negados, e a classe burguesa, com seu monopólio político e econômico, que explora e se apropria da riqueza produzida. É articulado a essa direção teórico-metodológica, no bojo do marxismo, que o Serviço Social brasileiro tem constituído estratégias coletivas para construir a produção do conhecimento<sup>5</sup> acerca da “questão urbana”. O que pode ser observado no último relatório Grupo de Trabalho “Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social”, em que se afirma a consolidação dessa temática na profissão. Entretanto, o documento retrata a necessidade de produções que avancem para além do institucionalismo e referência no Estado e nas políticas públicas. Para isso, aponta a necessidade de que a questão urbana seja observada nos marcos do capitalismo, considerando a particularidade da formação socio-histórica brasileira, a partir da mirada à luta de classes e à perspectiva da classe trabalhadora organizada (ABEPSS, 2019b). Como exemplo desse avanço requerido, têm-se as obras de Farage e Dias (2016) e Boulos (2012), que nos auxiliaram na análise da questão urbana em Mariana-MG.

Farage e Dias (2016) afirmam que, apesar da cidade ser a representação do processo de urbanização, essa não é configurada como espaço urbano na sua realidade, pois, a cidade é dividida entre diferentes territórios e de modo desigual, expressando desta forma as suas intervenções sociais e urbanísticas. Isso porque, os territórios são espaços dinâmicos e mutáveis nos quais se desdobram as relações sociais a partir da vida cotidiana. Parafraseando Harvey (2004), Farage e Dias (2016) evidenciam que os territórios vão além da esfera econômica, entendendo que a cidade não é um espaço pronto e acabado, no qual é construído por sujeitos reais e dotados de identidades, valores e perspectivas.

Diante a essa compreensão, as autoras expõem que, atualmente, o foco do debate sobre a cidade deixou de ser o processo de industrialização, para dar

---

<sup>5</sup> Não apenas na esfera da produção do conhecimento, mas também da formação e do trabalho profissional, como se pode observar no documento da ABEPSS (2019), *Ementa ampliada GTP (2015-2016) Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social*, e do CFESS (2016), *Atuação de assistentes sociais na Política Urbana - subsídios para reflexão*, respectivamente.

ênfase à problemática central da *questão urbana*. Isso, por entender que na medida em que se intensifica a geração de lucros a cidade vai se moldando aos interesses do capital e tornando-se ambiente de conflitos. Sob a visão de Lefebvre (2008), autor também evidenciado por Farage e Dias (2016, p.3), devido à problemática urbana ter se tornado maior que a problemática da industrialização, ampliaram-se neste contexto as contradições e as consequências da vida em sociedade. É neste quadro de segregação urbana e subalternidade da classe trabalhadora que vai se materializando a “batalha pela vida contra o *apartheid social* imposto pelo capitalismo”. Com isso, os diversos movimentos sociais urbanos, populares, sindicais, estudantis e comunitários vão tomando lugar no debate político e na luta por moradia, saneamento, emprego, cultura, segurança, educação, saúde e etc.

Por outro lado, assim como a classe trabalhadora está inserida no debate sobre o direito à cidade, o poder público e os meios de comunicação, predominantemente, mediam esse campo em favorecimento da classe burguesa. Portanto, na cidade cada qual sugere e constrói suas sugestões e respostas de acordo com o projeto político que defendem. Para as autoras, Farage e Dias (2016) é, mediante a esse contexto, que a imprensa incorpora um papel fundamental no processo do debate político, através dos discursos do medo e da violência, reforçando a falça ideia de manutenção da ordem para alcançar a paz. Neste âmbito, o Estado, como comitê executivo da burguesia na concepção de Marx e Engels, cumpre o duplo papel de “incorporar algumas reivindicações dos trabalhadores e manter o movimento repressivo sobre qualquer organização que questione o *status quo*” (FARAGE E DIAS, 2016, p.4). Como resultado desse processo, a estratégia adotada pelo Estado é a de conciliação, buscando debater a *questão urbana* em espaços de participação e controle social, que, segundo as autoras, não forjam alternativas reais acerca da verdadeira gênese da problemática.

Cabe destacar que, não é no marco do Estado que emergem os debates acerca da *questão urbana* no Brasil, que, em suma, se iniciou na década de 60 no bojo das organizações coletivas da classe trabalhadora, que foram contidas pela ditadura militar. Como afirmam Farage e Dias (2016, p.6), “o debate sobre a questão urbana foi retomado nas décadas de 1970 e 1980, já com o arrefecimento da ditadura”, isto é, no processo de redemocratização em que diversos movimentos

sociais e populares levantaram a bandeira neste segmento. Além disso, a promulgação da Constituição Federal de 1988 também contribuiu para o impulso da participação popular com a reivindicação pela Reforma Urbana

Nesse sentido, em sua obra *Porque ocupamos*, Guilherme Boulos, apresenta que no Brasil o debate acerca da *questão urbana* é muito mais profundo. Trata-se de um dos países com o maior índice de *déficit* habitacional do mundo, ficando atrás somente da Índia e a África do Sul. Sendo que, na década de 1980, cerca de 75% da população viviam nas cidades e as condições de moradia, saneamento e infraestrutura eram muito precárias. Sem deixar de mencionar, que na medida em que a concentração populacional foi aumentando, o número de moradores nas favelas também foi ampliado.

No entanto, este *déficit* habitacional é quantitativo (número de famílias que não tem casas) e qualitativo (condições de moradia extremamente precárias), formando o que Boulos (2012) vai chamar de “problema habitacional brasileiro”. Ela expõe que, segundo os dados da Fundação João Pinheiro, entre 2007 e 2008 o *déficit* habitacional quantitativo era de 6.273.000, totalizando cerca de 22 milhões de pessoas sem moradia. Mas com relação ao *déficit* qualitativo este número era muito maior, cerca de 15.307.406 totalizando quase 53 milhões de pessoas. Atualmente, resgatando os dados da mesma fundação, correspondente ao censo de 2015, o *déficit* habitacional quantitativo no Brasil aumentou para 6.355.743. Já o *déficit* habitacional qualitativo, a carência de infraestrutura é de 9.692.027 e por inadequação fundiária é de 1.867.647. O sudeste fica à frente da região nordeste com relação a esta problemática, sendo que os dados revelam a carência de necessidades básicas tais como: água encanada, luz, energia elétrica e coleta de lixo. Sem deixar de mencionar os problemas com os elevados custos do aluguel e o adensamento excessivo de moradores numa única residência.

Outro aspecto muito importante confrontado pelo autor, é o número de moradias vagas em condições de serem habitadas, na qual equivale a 7.906.767. Ou seja, uma enorme contradição no que se refere ao número de pessoas que não tem moradia. Com isso, enfatiza que é importante ultrapassar a visão equivocada de que os sem-teto são pessoas que não tem moradia ou vivem na miséria ou mendicância. Pois se este grupo em particular chegou ao auge da degradação dos



males causados pelo sistema capitalista, não necessariamente a população sem-teto vive nessas condições. Isso, visto que a maioria “não está em situação de rua e trabalha, ainda que muitas vezes na informalidade e sem direitos assegurados” (BOULOS, 2012, p.17).

Além disso, o autor problematiza que a moradia, embora no Artigo 6º da Constituição Federal de 1988 seja constituída como um direito social no qual o Estado tem a responsabilidade de garantir o provimento através da arrecadação de impostos, no sistema capitalista é uma mercadoria, portanto, consegue usufruí-la “quem possa pagar por ela e trazer lucro as construtoras e os donos de terras” (BOULOS, 2012, p.17).

Nesta lógica da aliança do Estado com a burguesia brasileira, especificamente as construtoras, o autor explicita que os programas habitacionais construídos até então aprofundam a exclusão do direito à moradia. Como o primeiro, o *BNH* (Banco Nacional de Habitação) criado no período da Ditadura Militar, cujo objetivo era transformar o trabalhador em proprietário e “ganhar a simpatia dos mais pobres ao governo repressivo” (BOULOS, 2012, p.19). O que resultou em fracasso, pois o valor completo do imóvel tinha a ser pago pelo beneficiário, que se via diante a prestações muito altas. E o segundo, o *Minha Casa, Minha Vida* do governo de Luís Inácio Lula da Silva, que tinha o objetivo de “salvar” o setor imobiliário direcionando R\$ 34 bilhões do dinheiro público para o setor privado. E deu certo! O programa foi criado encima de um discurso de que “atenderia o interesse de todos”, mas na verdade atendeu o interesse do capital através de uma política social. Nesse sentido, cabe destacar que somente 40% das moradias foram destinadas às famílias com renda abaixo de três salários mínimos; os conjuntos habitacionais foram construídos em regiões periféricas da cidade; a área construída consistiam em tamanhos insuficientes para abrigar uma família com conforto e dignidade. Portanto, como Boulos (2012, p.23) afirma, embora o programa tenha representado um avanço na aquisição da moradia, o número para abarcar os mais pobres foi insuficiente e a qualidade era precária.

Com relação a enorme especulação imobiliária, o autor enfatiza que na década de 1940 os trabalhadores residiam nos centros urbanos, mas viviam em péssimas condições nos cortiços, cômodos de aluguel e vilas operárias. Com o

crescimento populacional, os proprietários de terra demoliram estes complexos habitacionais e os trabalhadores foram expulsos para os bairros periféricos, tendo que conviver com a irregularidade do terreno, a ausência da escritura da casa e de infraestrutura e saneamento básico, tendo que construir suas casas com as próprias mãos. Além disso, são vítimas de despejo, quando o terreno passa a ser rentável para os especuladores imobiliários, que também requisitam do Estado à infraestrutura urbana para que possam vender o terreno por um valor mais elevado.

Por fim, Boulos (2012) apresenta outra característica da disputa pelo direito à cidade, que são as *ocupações urbanas*. Embora exista a visão limitada de algumas pessoas que pensam ser injusto “tomar o que é dos outros”, ele explica que um trabalhador não ocupa o terreno do outro. Ao contrário dos terrenos de especulação imobiliária, que não cumprem sua função social ou que são herdadas pelos grandes proprietários através de grilagem. Desta feita, quando os sem-teto ou sem-terra ocupam uma grande área vazia ou grilada, não estão fazendo nada mais do que se apropriar do que é seu por direito. Portanto, o fato das ocupações serem vistas de forma negativa deve-se ao fato das mídias divulgarem como “baderna”, “coisa de vagabundo” e “vandalismo” e, assim, negam a dimensão de luta de classe. Assim o fazem, pois os conglomerados midiáticos são financiados pelos grandes empresários, logo, defendem o seu direito a propriedade privada e a lucro que obtém com este modelo de cidade.

Neste sentido, o Serviço Social enquanto profissão que detém de um projeto ético-político hegemônico de se colocar ao lado da classe trabalhadora, requer ter capacidade teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para intervir na questão urbana, considerando-a enquanto uma expressão da “questão social”. Nesse sentido, é preciso se apropriar dos elementos aqui elencados, afim de compreender que a cidade é o espaço da reprodução da força de trabalho, também é um “grande negócio para o capital”. Isto é, trata-se de assimilar uma compreensão dialética da totalidade da vida social, pois “o espaço não se define pelos seus resultados finais imediatos e visíveis, tais como se apresentam na paisagem urbana, mas sim por meio da compreensão do seu processo de produção social” que se articula com “as dimensões material e simbólica das relações sociais” (CFESS, 2016, p.10).

Isso porque, entende-se que o trabalho profissional deve ter uma direção política que respalde a intervenção técnica diante a *questão urbana*, logo, “a cidade deveria configurar-se como importante lócus de estudo e intervenção crítica dos Assistentes Sociais, em especial, a partir das reações organizadas dos trabalhadores, ou seja, dos movimentos urbanos” (FARAGE; DIAS, 2016, p.8).

Entretanto, como afirmam Farage e Dias (2016), a categoria ainda apresenta-se pouco apropriada no debate sobre os movimentos sociais e o direito à cidade e, por vezes, apresenta-se de forma contrária ao que preconiza o Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1993, quando esse expõe em seus princípios fundamentais a vinculação a uma nova ordem societária e articulação com movimentos de outras categorias profissionais que partilham dos princípios deste código e com a luta dos trabalhadores.

É, portanto, a fim de fortalecer essa direção social da profissão que se busca o aprofundamento das particularidades da questão urbana em Mariana-MG, partindo da formação socio-histórica desse território, como abordaremos no próximo capítulo.

### 3 FORMAÇÃO SOCIO-HISTÓRICA DE MARIANA

Neste capítulo, será abordado a formação socio-histórica de Mariana, a partir do resgate histórico do período do Ciclo do Ouro (século XVIII), a decadência do ciclo do ouro (século XIX) e o ciclo de mineração de ferro (século XX). Este caminho será percorrido para analisar as particularidades da *questão urbana* desde os anos de sua fundação até a contemporaneidade, com enfoque no ordenamento do espaço urbano com relação ao uso do território e a expansão desordenada ao longo dos anos. Realidade posta para a classe trabalhadora residente, especialmente os que não possuem habitação e se vêem obrigados a ocupar os morros da cidade, sem o mínimo de infraestrutura e saneamento básico, em busca pelo direito à moradia.

Para alcançar o objetivo proposto, em cada marco temporal se consultou as bibliografias selecionadas a fim de elencar elementos que pudessem contribuir na constituição das seguintes particularidades acerca da questão urbana em Mariana-MG: como se deu o surgimento da cidade de Mariana?; quais eram as atividades produtivas?; quais forças sociais deliberaram acerca da função social do espaço urbano?; quais grupos sociais tinha acesso à propriedade?; quem são os sujeitos sociais que ocuparam o território?; quais as suas condições de moradia e de organização coletiva?

Desse modo, o que se pretende enfrentar é o desafio, como posto por Netto (2001), acerca da necessidade de pensar a “questão social” a partir do intercruzamento entre as variáveis históricas, culturais e políticas de cada formação socio-histórica, sem restringi-la ao nível de aproximação genérica, aprisionando a análise nas determinações estruturais. Portanto, sem a pretensão de exaurir essa investigação científica, segue alguns dos elementos identificados acerca da particularidade da questão urbana em Mariana-MG.

## 3.1 SÉCULO XVIII – PRIMEIRO CICLO DE MINERAÇÃO

### 3.1.1 *O surgimento da cidade de Mariana-MG*

Segundo Fonseca (2015), Minas Gerais apresenta uma inversão da ocupação do território rural e urbano, na qual está relacionada com o tipo de sociedade produzida em decorrência da atividade mineradora. Isso, porque os primeiros “conglomerados populacionais e atividades socioculturais tipicamente urbano” surgiram através da atividade mineradora no período colonial. Ao contrário do espaço rural, que se originou posteriormente para “atender as necessidades dos núcleos urbanos e especializou sua produção para o abastecimento das cidades, principalmente aquelas que se encontravam no centro da capitania” (FONSECA, 2015, p.2).

A composição espacial de Minas Gerais a partir dessa trajetória, diferencia-se do padrão usual na constituição do território. Conforme Cunha (2009 apud Fonseca, 2015) mais do que anteceder, é o espaço urbano que vai produzir, e não o espaço rural “como via de regra se pensa o caminho da formação das cidades e dos espaços urbanos na história”.

Como fruto desse processo, o antigo Arraial de Ribeirão do Carmo, ao ser descoberto por sua área suntuosa, iniciou seu processo de urbanização e colonização ao entorno das margens do rio no século XVII. À medida que se tornou mais populosa, em decorrência da extração do ouro, também foi reconhecida institucionalmente perante a igreja com a criação da primeira paróquia. O poder eclesiástico era muito presente nos arraiais do período colonial, pois dependendo do desenvolvimento da região mineradora, recebiam a confirmação do rei para instituir suas freguesias, podendo inclusive indicar vigários para darem assistência aos moradores dos distritos ou arraiais da sua jurisdição (PIRES, 2012).

Com a criação das primeiras Vilas por Dom Antônio de Albuquerque, em 1711, o Arraial do Carmo ascendeu ao patamar de Vila, em decorrência do seu expressivo número populacional, e também por apresentar-se uma fonte de controle

da região mineradora ao fim da Guerra dos Emboabas<sup>6</sup>, como expõe Pires (2012, p.28):

Após o final da Guerra dos Emboabas, Dom Antônio de Albuquerque criou as primeiras vilas com o intuito de conseguir um maior controle da região mineradora. Como em 1711 o arraial do Carmo já contava com uma população numerosa, isso também justificou a ascensão da paróquia a um novo patamar, a de vila. Outra medida de ordenamento administrativo, tomada por Dom Brás Baltazar da Silveira, foi a divisão da região mineradora em três comarcas no dia 6 de abril de 1714: Vila Rica, Real Vila de Sabará e Rio das Mortes.

Posteriormente, Vila Rica dividiu-se em dois termos, deixando estabelecido uma sede na sua localidade e outra na Vila de Ribeirão do Carmo. De acordo com Pires (2012, p. 29), na medida que os termos foram sendo subdivididos em arraiais e distritos, as provisões episcopais foram se estabelecendo ao entorno das atividades mineradoras e agrícolas, e “a população foi se dedicando também a outras atividades necessárias para o desenvolvimento da região”. Em 1745, A Vila de Ribeirão do Carmo, tornou-se sede do bispado e foi elevada à categoria de cidade, denominada de Mariana, a única da capitania durante todo o século XVIII.

Conforme Passos (2018, p.3), “com a chegada do primeiro Bispo, em 1748, a cidade assumiu a posição de principal centro religioso da capitania, condição esta que é efetivada por um grande número de obras civis e religiosas”. Com as constantes inundações do rio Ribeirão do Carmo, Dom João V enviou ordens ao governo da capitania, para elaborar um plano urbano que estabelecesse a cidade em regiões mais altas.

No tocante às vilas mineiras, parece que Mariana foi a única a constituir objeto de um régido de mesmo teor das citadas acima. Provavelmente porque, como centro religioso das Minas, a cidade tinha um valor estratégico, devendo ostentar uma imagem que refletisse a nova ordem social que se desejava impor, e uma imagem digna do nome da rainha - regular, ordenada, bastante diferente do arraial decadente e castigado pelas inundações do Ribeirão do Carmo (FONSECA, 1998, p. 41 apud MAIA, 2017, p.37).

---

<sup>6</sup> “A Guerra dos Emboabas é um conflito que se estabelece entre paulistas e forasteiros pelo controle das minas, que culmina com a insurreição dos emboabas contra o domínio paulista da extração de ouro. A palavra “emboaba” tem origem no tupi, e se refere “àqueles que usam calçados” (Romeiro, 2007; 535), dos quais os paulistas se diferenciavam por terem consolidado uma tradição de entrarem descalços pelo sertão, nas bandeiras. Através dessa designação os paulistas identificavam todos aqueles que não eram paulistas, fazendo referência ao fato de terem sido eles os descobridores das minas e, portanto, à condição de forasteiros que os outros colonos ocupavam”. (LEITE, 2012, p.8)

Foi neste período, que o engenheiro militar português José Fernando Pinto Alpoim, elaborou uma planta do plano urbano de Mariana em forma ortogonal (D'ANGELO; PEREIRA COSTA, 2016).

A cidade ganhou traçados retilíneos de formato xadrez, a partir das determinações do rei, sobre os locais onde deveriam ser construídos as praças, edifícios, ruas e os principais aspectos das moradias. Segundo Fonseca (1998) era uma política urbanizadora mais agressiva, visando controlar todas as aglomerações e regiões para impedir a dispersão da população. Através deste projeto urbanístico de demonstração de poder e controle da coroa portuguesa, que Mariana constituiu-se a primeira cidade planejada do Brasil.

### *3.1.2 Relações sociais e o modo de produção*

Pires (2012), esclarece que, no período setecentista, sendo a Vila de Ribeirão do Carmo possuidora de uma área mais extensa que a de Vila Rica e um ambiente natural diversificado, possibilitou que houvesse na região uma ampliação econômica, para além da mineração. As descobertas de outras áreas do termo e a necessidade de “matar a fome” contribuiu para que os moradores instituíssem fazendas e atividades agrícolas ao longo do rio Ribeirão do Carmo.

Em particular, para atender as necessidades da elite na região, segundo Maia (2012, p. 108) também existiam “[...] poucas lojas de fazenda seca, comércio maior e que comercializaria produtos do Reino, armarinhos, vestuário, ferramentas, perfumarias e variados produtos de luxo importados”. Essas eram as únicas que ofereciam produtos mais elaborados, portanto “[...] as lojas estavam no mais alto patamar da hierarquia local e geralmente pertenciam a portugueses”.

Ademais, segundo Chaves e Andrade (2012, p. 83), a Vila do Carmo, como em todas as vilas e arraiais de Minas Gerais, tinha vendas à varejo, pequenos comércios e comércio de miudezas que ocupavam o espaço urbano e o rural, “eram consideradas pelas autoridades camarárias potencialmente como espaços de desordem, onde a bebida, jogos e batuques estimulariam a violência e a contravenção”.

Para além dos pequenos comércios, a unidade camarária garantia a manutenção das “negras do tabuleiro”, mulheres negras escravizadas ou forras, que comercializavam diversos quitutes nas ruas e praças da Vila. Entretanto, eram proibidas de adentrarem nas áreas de mineração, devido as acusações de roubo, prostituição e contrabando (CHAVES; ANDRADE, 2012).

A casa da Câmara era responsável pela “atividade comercial, a regulamentação do espaço mercantil, o tabelamento de preços, a aferição de pesos e todas as regras de sobre abastecimento da população”. Dispunham algumas autonomias, principalmente por considerarem “mercados e abastecimentos” como questões políticas que deveriam ser regulamentadas para o “bem comum”. Isto é,

A tensão era permanente, assim como os interesses eram diversos. O importante aqui é pensarmos as câmaras como unidades políticas que dispunham de certa autonomia na elaboração e execução de suas posturas, sobretudo pelo fato de se basearem num princípio do direito como o *usus modernus* e no entendimento, ainda no século XVIII, de que mercados e abastecimento eram questões políticas e deviam ser regulamentadas para o “bem comum” (CHAVES; ANDRADE; 2012, p. 86).

Os almotacés<sup>7</sup> eram os responsáveis por fiscalizar os comércios, as salubridades públicas e as construções das vilas e cidades. Com isso, os lojistas, vendedores e boticários deveriam de ter autorização para atuarem em seus estabelecimentos. Além desses, os atravessadores de víveres também eram figura importante neste período, pois, compravam mercadorias dos roceiros e lavradores para revende-los nas Vilas a preços mais altos, principalmente nos momentos de carência alimentar. Assim, atravessadores e comerciantes que estocavam os alimentos para elevar os preços, tornavam-se alvos da fiscalização da câmara e dos almotacés. Logo,

Quando o problema era a falta de alimentos e a carestia derivada da ausência, a ação dos atravessadores no comércio de víveres e a prática dos vendedores e dos produtores de estocar alimentos, visando a elevação dos preços, tornavam-se focos da ação das Câmaras e o almotacé entreve em cena. Os atravessadores compravam produtos dos roceiros e lavradores e os transportavam até a cidade para revende-los por um preço mais alto. A Câmara incentivava a venda direta entre o produtor e o consumidor para os casos de alimentos de subsistência. Esses gêneros eram também almotaçados, mesmo assim os atravessadores conseguiam especular tanto

---

<sup>7</sup> “A câmara designava duas pessoas por bimestre – almotacés – dentre as mais respeitáveis pela coletividade, para fiscalizar e tabelar preços e suprimentos de gêneros essenciais, os pesos e medidas, com poderes de punir os infratores por coima (multa) até prisão na cadeia”. (MAGALHÃES, 2012, p.159)



pela ausência induzida como pelo desvio dos gêneros para mercados com menor fiscalização (CHAVES; ANDRADE, 2012, p. 82).

Em 1723, na Vila do Carmo haviam 80 vendas. A maioria dos proprietários eram mineiros, e alguns não possuíam pessoas escravizadas. Os poucos desses proprietários que possuíam, provavelmente alocavam os negros escravizados para trabalhar como barbeiros, sapateiros e pedreiros. Enquanto que algumas mulheres negras escravizadas, trabalhavam nos balcões do comércio e nos estabelecimentos de secos e molhados. De acordo com Venancio (1995, p. 243 *apud* MAIA, 2012, p.114-115), este fato “reforça a tese de que os negócios vinculados aos pequenos comércios eram quase sempre responsabilidade dos setores mais empobrecidos da classe senhorial”.

A posse dos estabelecimentos, era predominantemente masculino. As tavernas distribuídas na Vila do Carmo, pertenciam a setenta e dois homens e três mulheres, dentre os quais tinham proprietários e proprietárias forros/as (pessoas ex-escravizadas). Maia (2012), ao utilizar as contribuições de Luciano Figueiredo, esclarece que ao longo do século XVIII, com a entrada de mulheres na capitania, elas passaram a ocupar, de forma incipiente, o papel de administradoras de estabelecimentos de pequenos comércios e vendas fixas. O que vale ressaltar é a importância que alguns destes estabelecimentos tinham para a sociabilidade da Vila, pois, consistiam não apenas em negócios, mas em espaços de resistência cultural e lazer, especialmente das camadas mais pobres e da grande população negra escravizada.

Para além dos negócios e da compra de gêneros diversos, os pequenos comércios eram espaços para “bailes, batuques e folguedos [que] atraíam ao local camadas populares pobres em busca de um lazer coletivo”. Alguns desses estabelecimentos serviam também como espaços de resistência cultural, ao congregar escravos e libertos africanos de mesma origem étnica – o que reforça suas identidades – traduzidas nos seus costumes, língua, vestuários e modos de ver e sentir o mundo. As vendas, chefiadas por mulheres africanas que pertenceram ao cativeiro e conseguiram a alforria, eram espaços ideais para esses encontros. Segundo Russell-Wood, o Conde de Assumar, quando governou a capitania de São Paulo e Minas do ouro (1717-1721), observou que mulheres libertas abriam vendas “que pudessem ser locais de reunião de negros de sua nação” (MAIA, 2012, p.112).

Por outro lado, esses estabelecimentos eram alvo de constante reclamação dos governadores e oficiais camarários, que os consideravam, principalmente as tavernas, como fontes de desordem, agitação e acoitamentos de

negros escravizados fugitivos. Os representantes eclesiásticos, por sua vez, consideravam-nos “*locais dos vícios dos costumes e das condutas desviantes*”, devido aos cultos religiosos e as oferendas, realizadas pelos africanos nestes estabelecimentos (MAIA, 2012). Ou seja,

As autoridades governativas, por meio de variados instrumentos buscavam, então, enquadrar esses estabelecimentos bem como seus proprietários. Além de tentar regular o funcionamento, o público frequentador, buscavam até mesmo afastar as tavernas das áreas de mineração e assim, exerciam papel ordenador. O cotidiano de violências, mortes e roubos e as tentativas de sublevação dos escravos traziam o medo para a elite colonial que residia no território mineiro. [...] Na tentativa do controle maior sobre a grande população escrava, as vendas foram obrigadas a fecharem as portas quando do toque do sino da Câmara e nos demais arraiais às nove horas a partir de 1734, momento em que se proibia a presença de escravos em seu interior. Anos mais tarde, em 1754, o dito comércio deveria encerrar suas atividades diárias “meia hora depois de Ave-Maria” (FIGUEIREDO, 1993, p.48 *apud* MAIA, 2012, p.113).

Ao mesmo passo que a mineração definia as formas de povoamento e colonização, também dificultava as autoridades camarárias de administrarem e controlarem o local, segundo suas ordenanças. Maia (2012) explicita, que no termo de Mariana, em 1735, havia 26.892 pessoas negras escravizadas. Sendo considerado o maior contingente populacional de toda capitania.

É justamente neste período de maior *boom* populacional e povoados na cidade, que as vendas passam a ocupar os morros circundados pela mineração e tornam-se alvos da perseguição estatal. Inicia-se então um conflito, pois de um lado as autoridades queriam resguardar a ordem, as arrecadações através da Real Fazenda e as perdas dos senhores escravistas, em relação as pessoas escravizadas que bebiam e caíam nos buracos das minas ficando aleijados ou mortos. E por outro, “a resistência dos povos e especialmente os grupos de potentados locais” – elite local que se utilizava das milícias constituídas por pessoas escravizadas, que eram armadas para agir em manutenção do poder na região (MAIA, 2012).

### 3.1.3 *Função social da cidade e o acesso à propriedade*

Quando o arraial de Nossa Senhora de Ribeirão do Carmo, foi elevada à categoria de Vila, tornou-se necessário estabelecer, mesmo que de forma precária,

a “estrutura administrativa e judiciária representada pelo Senado da Casa de Câmara e Cadeia” (GONÇALVES; SOUZA, 2012, p. 140).

Neste período, segundo Borsoi (2011, p. 11) a câmara “desenvolveu práticas de manutenção e fiscalização do espaço”, principalmente da sesmaria da Câmara que foi doada pela coroa portuguesa para instituir a Vila e seu rossio<sup>8</sup>. Com o termo da Vila do Carmo delimitado, iniciou-se as obras públicas, “como abertura de caminhos, construção de praças, igreja Matriz, pelourinho, aquedutos, chafarizes, pontes, atalho dos morros, compra de casas para instalação de quartéis e a contratação do corpo administrativo” (GONÇALVES; SOUZA, 2012, p. 140).

Conforme Salomão de Vasconcelos, os primeiros núcleos habitacionais da Vila do Carmo surgiram no espaço geográfico de Matacavalos ou Carmo (depois Rosário) e de São Gonçalo, onde residia a elite da Vila. A Câmara não tinha sede própria, então comprou a casa do capitão Manoel Antunes de Lemos para que a Casa de Câmara Audiência e Cadeia fosse instalada, juntando o poder legislativo e judiciário no mesmo núcleo habitacional. Ademais, devido as enchentes frequentes e a falta de espaço para se fazer as reformas necessárias no edifício, em 1798, a Casa de Câmara Audiência e Cadeia teve sua obra concluída na praça da igreja Matriz. Outro fator, que contribuiu para a mudança de localidade, deu-se em relação ao reordenamento do espaço urbano, quando a elite do Rosário Velho mudou-se para as imediações da nova Matriz (GONÇALVES; SOUZA, 2012).

De acordo com Borsoi (2011, p. 11), o espaço da Câmara tinha delimitado o seu rossio, “parte pública utilizada para festas e cerimônias, pastos e retirada de madeira, e a demarcação de lotes destinados à habitação chamada de aforamento ou tombamento”. As terras aforadas não concentravam apenas o seu patrimônio, mas também outras regiões do seu termo, e os povoados arrebaldes abrangendo as regiões de Santana, São Gonçalo, Monsus, Rosário e Passagem. Os lotes para habitação eram doados ou vendidos para a população e em troca deveriam pagar anualmente os chamados “foros da Câmara”. Os foros urbanos eram solicitados a

---

<sup>8</sup> “Chamava-se rossio uma grande e importante praça (hoje conhecida como Praça de D.Pedro IV), centro comercial e ponto de encontro da cidade desde o seus primórdios. Nos Estados Unidos, as praças e os locais públicos como o Rossio lisboeta, utilizados para encontros e deliberação política eram chamados de *town commons*” (HESS; OSTROM, 2007, p.13 apud PRETTO; SILVEIRA, 2008, p.15).

câmara mediante petição e concedidos através de pregão, podendo ser também através da “compra e venda entre particulares” (BORSOI, 2011, p. 11).

Outra forma de concessão de foros pelos membros do Senado, consistia na edificação de casas com a finalidade de expandir o núcleo urbano, sendo os tamanhos do terreno proporcional a renda do requerente. Interessante observar, que Borsoi (2011) aponta as primeiras formas de especulação imobiliária na região, em que alguns foreiros se esquivavam do controle das Câmaras de construírem as edificações. Adquiriam os terrenos e não construíam casa, e quando construíam eram apenas faixadas com pequenas obras no fundo, para poderem revender o terreno.

Na contramão dos interesses camarários, os foreiros se esquivavam do controle da Câmara, procurando brechas com as quais poderiam adquirir foros sem o encargo de edificar casas. Em 1744, os membros do Senado identificaram: “algumas pessoas que tem aforado terras no pasto da olaria sem estarem tapadas nem casas levantadas” (AHCMM, 1744, cód. 554, fl.52v *apud* BORSOI, 2011, p.13).

[...]

Em 1750, os senadores repreenderam alguns foreiros que se achavam nesta condição: “apenas levantam as frontarias das casas, e fazem outra qualquer pequena obra, dispensando nest[a] pouco custo para assim venderem os chãos” (AHCMM, 1750, cód. 462, fl.65 *apud* BORSOI, 2011, p.13).

Os funcionários camarários também ajustavam as construções das edificações, conforme os traçados retilíneos para ordenarem a cidade. As vezes era uma ação conflituosa; ora negociavam com os moradores, ora tentavam corrigir certas práticas que perduravam desde o primeiro arraial, pois estavam sendo consideradas danosas pós projeto urbanístico do engenheiro Alpoim.

Mesmo sem projetos prévios, havia, entre os funcionários da Câmara, uma prática de ajustamento dos traçados para organização da cidade. Essa prática, muitas vezes, acontecia por negociações que envolviam cidadãos e a Câmara Municipal, gerando reajuste de ações em função das exigências dos habitantes do núcleo urbano (BORSOI, 2011, p.16).

[...]

Podemos avaliar também que algumas práticas exercidas pelos cidadãos não condizem com o novo traçado atribuído ao engenheiro militar Alpoim. Apesar de não acompanharmos sistematicamente a documentação anterior a década de 1740, pode-se especular que tais hábitos eram praticados desde o começo do primeiro arraial. Com a progressiva inserção de um aparelho Administrativo português, a Câmara Municipal, há a tentativa de se corrigir certas práticas, principalmente depois do projeto urbanístico lusitano, segundo o qual as ações dos cidadãos começam a ser vistas como danosas ao novo espaço construído da cidade (BORSOI, 2011, p.21).

Segundo Borsoi (2011, p.22), a tentativa de normatização condizente a “[...] rescente urbanidade dada pelo desenvolvimento espacial do núcleo e pelo processo de formação socio-histórica”, estava intrinsecamente relacionada ao ajustamento dos hábitos da população condizente com a elite econômica, intelectual e política instalada na cidade.

## 3.2 SÉCULO XIX - DECADÊNCIA DO CICLO DO OURO

### 3.2.1 *Relações sociais e o modo de produção*

No período oitocentista, como expõe Magalhães (2012) mesmo padecendo da decadência do ciclo do ouro, a cidade de Mariana continuava sendo a capitania de destaque em Minas Gerais. Porém, seu núcleo urbano apresentava uma inversão em relação a época setecentista, devido o despovoamento gradativo da sede do município e a intensificação populacional das áreas rurais. Na medida em que os interesses de investimentos na mineração diminuía, alguns distritos de seu termo foram ganhando visibilidade pelas grandes possibilidades de expansão econômica através da agropecuária.

Nesta época, esse núcleo abrigava cerca de 5.000 habitantes. Com o decorrer dos anos, porém, houve um despovoamento gradativo da urbe, conforme demonstram os estudos de Lewkowitz: no ano de 1809 possuía 3.249 habitantes, constituídos por 1.611 homens e 1.637 mulheres. A intensificação de ruralização contribuiu para justificar a gradativa diminuição da população urbana. As freguesias de Furquim, São Caetano, Catas Altas, Antônio Pereira e o Povoado de Remédios, por exemplo, que abrigavam enormes possibilidades de expansão econômica, tornaram alvos de mineradores e de outras pessoas interessadas em investir na agropecuária. Deste modo, decorrida uma década, Mariana resguardava 2.050 indivíduos, distribuídos em 341 domicílios (MAGALHÃES, 2012, p.148).

O viajante estrangeiro Saint Hilaire, afirmou que a cidade de Mariana “só não entrou em total decadência com a diminuição das atividades mineratórias pelo fato de deter um complexo aparelho administrativo” (MAGALHÃES, 2012, p.151). Ele complementa que o sistema econômico urbano restringiu-se na produção e consumo interno com a concentração de poucas lojas, exigindo um intenso mercado interno calcado em funções variadas, como os ofícios e os comércios (viver de loja, venda, fazer cobrança, trabalhar como caixeiro, entre outros).

Em contrapartida, Maia (2017) se apropriando das contribuições de Fonseca (1995) evidencia que apesar da decadência mineratória, o distrito de Passagem de Mariana iniciava o seu processo de exploração nas minas de ouro, transformando-se anos mais tarde na segunda mina mais produtiva da região minerária.

Em 1819, o Barão de Eschewge inicia a exploração de ouro na região de Passagem de Mariana, tentando introduzir novas técnicas de extração e beneficiamento, sem, contudo, alcançar sucesso. No século XIX, com a chegada das companhias mineradoras inglesas, cujo objetivo era a produção de ouro houve outra fase de extração mineral na região. Essa atividade foi basicamente localizada no Distrito de Passagem de Mariana, com a extração subterrânea de ouro pela Cia. Mina de Passagem. Nas décadas de 1880 e 1890 foi a segunda mina mais produtiva da região metalúrgica. Também neste período houve a tentativa de exploração em maior escala de ouro ao norte da cidade de Mariana, locais conhecidos hoje como Gogô E Mina del Rei (Ferrand 1897), no mesmo local onde foi extraído minério de ferro no século seguinte (TAVARES, 2006, p.2 *apud* MAIA, 2017, p.38).

No tocante a estrutura populacional, aconteceram algumas alterações. Conforme os levantamentos estatísticos apontados por Magalhães (2012), mais da metade da população compunha-se de “livres”, podendo estar relacionado às alforrias como um meio dos senhores de escravos isentar-se da responsabilidade de uma mão de obra “incapacitada para o trabalho” em detrimento do declínio minerário.

O número de mulheres superava o número de homens na região, mas a supremacia masculina continuava, sendo estes os administradores majoritários dos comércios. Os negros e pardos continuavam sendo maioria do contingente populacional marianense, mas devido a mão de obra livre e sem condições de sobrevivência, tornaram-se o maior público a viverem na indigência.

[...] 62% da população compunham-se de livres. Nesta condição estavam 310 agregados e 34 expostos, sendo que o número de mulheres suplantava o de homens em 9%. Entre cativos, ao contrário, observa-se a preponderância dos homens em relação às mulheres demonstrando, dessa forma, a supremacia masculina no exercício das atividades econômicas urbanas. No tocante à etnia, nota-se a presença maciça de negros e pardos, ambos integrando 81% do contingente populacional. Este aspecto pode estar relacionado com o declínio dos trabalhos mineratórios na região; a alforria pode ter sido o meio mais viável encontrado pelos proprietários de escravos para se desobrigarem de uma mão-de-obra incapacitada para o trabalho. O grande número de pardos e negros livres desocupados vivendo na indigência, e os dados fornecidos por Lewkowics para o ano de 1809 confirmam essa ideia. Em 1809, quase a metade da população marianense,

ou seja, 47% eram compostas por cativos. Decorrida uma década, nota-se que este número recuou para 36% (MAGALHÃES, 2012, p.149).

O censo a domicílio de Mariana realizado em 1831, de acordo com Fonseca (2015) demonstra o forte traço da mentalidade patriarcal que perpetuava na região. Quando havia um casal, o homem deveria ser apresentado como o primeiro da lista e o único a exercer uma ocupação. Desta forma, demonstrava que ele era o chefe familiar e os demais membros dependentes a ele.

O *status racial* também designava o *status social*, a partir da demonstração hierárquica familiar. Analisando o mesmo censo, Fonseca (2015, p.9) identificou que a maioria do núcleo familiar era assinalado como branco, sendo que “os agregados, que de alguma forma tinham uma relação de dependência com o núcleo familiar, foram apresentados como pardos. Já os cativos, que eram absolutamente dependentes, foram assinalados na condição de pretos”.

A regularidade com que foi identificado esta hierarquia racial, designa que as desigualdades sociais eram acompanhadas pelas diferenças raciais. A condição de “qualidade” familiar através da cor representava a condição e o lugar social que ocupavam na sociedade.

### 3.2.2 *Função social da cidade e o acesso à propriedade*

A população marianense de 2.050 habitantes, na aurora do oitocentos construíram residências em outras áreas do núcleo urbano, compreendida em cinco regiões distintas. No entanto, segundo Magalhães (2012, p.161), o local de maior concentração comercial estava localizado na rua do Seminário, passando pela Sé até chegar a Rua Direita, “considerada a mais nobre da cidade”. É nesta região distinguida como “centro”, que estavam situadas as melhores moradias “na forma de sobrado, com lojas no primeiro pavimento e moradas no segundo”, abrigando uma elite composta “principalmente por médicos e professores, além de caixeiros, indicando a presença de armazéns”. Assim,

Segundo Cunha Matos, o contingente populacional de 2.040 habitantes, “estava concentrada em cinco áreas distintas, segundo Lewkowicz: a primeira partia do Seminário até a Rua Direita, a segunda área compreendia o final da Rua Direita, direcionando-se para a ladeira de São Francisco e prolongando-se para a Rua Nova; a terceira desenvolveu-se a partir do

antigo agrupamento de Mata-Cavalos, quarta área era constituída pelo Bairro Santana; e a última era a periférica (os arredores eram Vamos-Vamos, Chapada, Subúrbio, Mata-Cavalos, Itaculumim, Alto da Gaia, Lava Pés e Ermida) (MAGALHÃES, 2012, p.150).

É importante destacar, que nas primeiras extrações subterrâneas do distrito de Passagem até o Morro Santana (conhecido como Gogô), inicia-se um processo de ocupação desordenada fruto do aumento populacional nessas regiões e da ausência de planejamento urbano. Isto é,

Como consequência do aumento populacional e da falta de planejamento urbano as cidades de Ouro preto e Mariana e o distrito de passagem de Mariana passaram a sofrer um processo de expansão desordenada. Em Mariana, além das ocupações das encostas, ocorreu também a ocupação das margens e planícies de inundação do Ribeirão do Carmo (TAVARES, 2006, p. 4 *apud* MAIA, 2017, p.38).

Em 1828, com a promulgação da Lei 1º de Outubro, as Câmaras foram esvaziadas de poder político e de recursos necessários para realizarem suas funções e transformaram-se em instituições apenas administrativas, e não mais jurídicas. Desse modo, o conselho geral da província ficou responsável por “fiscalizar as posturas municipais, obrigadas à confirmação do conselho, que as podia alterar ou revogar” (ANDRADE, 2012, p.168). Com o Ato Adicional 1834 que revogava várias leis da Constituição de 1824, foram criadas as assembleias provinciais que retiraram totalmente a “autonomia política e administrativa dos corpos municipais” (ANDRADE, 2012, p.169). Ou seja, inseridas no contexto liberal,

As assembléias passaram a abrigar os interesses das facções locais, e a legislar sobre os seguintes temas (citando os relacionados diretamente aos moradores das cidades e vilas): divisões territoriais, instrução pública, desapropriações, polícia, economia, finanças, criação ou supressão de empregos municipais, obras públicas, cadeias, associações políticas e religiosas (de assistência e mutualidade). Elas deviam ainda fiscalizar as rendas municipais e votar o orçamento proposto pelas Câmaras, além de autorizar os seus empréstimos.<sup>298</sup> Na avaliação de Torres, depois de ter “analisado um certo número de posturas municipais da Província de Minas Gerais” a partir do regime liberal, as atribuições das Câmaras municipais cobriam o seguinte: “urbanismo em geral e obras públicas”, “saúde pública”, “assistência social”, “polícia ‘social’”, “proteção ao trabalho e à propriedade” (ANDRADE, 2012, p.169).

A partir das afirmativas de Andrade (2012), neste período é possível perceber as primeiras formas da perda de autonomia da Câmara Municipal de Mariana em administrar o ordenamento do espaço urbano e demais atribuições concernentes da vida cotidiana. Fato este que irá perdurar durante décadas e



impactar na criação de iniciativas com relação ao uso do solo mediante a expansão urbana.

### 3.3 SÉCULO XX – SEGUNDO CICLO DA MINERAÇÃO

#### 3.3.1 *Relações sociais e modo de produção*

As visitas de modernistas paulistas a Minas Gerais na década de 1920, contribuíram para as primeiras ideias de conservação do patrimônio barroco mineiro. A partir de então, o Governo do Estado representado por Fernando Melo Viana<sup>9</sup> e a igreja católica iniciaram os incentivos de valorização e preservação do patrimônio histórico através da criação de uma comissão para zelar e “investigar as denúncias de dilapidação e desgaste das obras de arte” (BARBOSA *et.al*, 2012, p.190).

A pastoral do arcebispo Dom Helvécio, a partir de então, começou a orientar as autoridades eclesiásticas de como preservar os templos, elencando como uma das condições de não fazerem remodelações e restaurações, diante o “seu valor arquitetônico e a necessidade de se registrar o patrimônio em livros” (BARBOSA *et.al*, 2012, p.190).

Entretanto, no dia 1º de Outubro de 1928 a Câmara aprovou a Resolução n.195, em seu artigo 1º, determinando que o Poder Executivo Municipal ficava autorizado a conceder isenção de qualquer taxas e impostos, pelo prazo de 10 anos, às construções de tijolos em estilo moderno na cidade ou nos distritos, devendo as respectivas plantas serem aprovadas pela Câmara.

Dom Helvécio estava preocupado com os templos que se recomendam pelo valor arquitetônico, provavelmente também estava seu entorno desses templos; logo, pode-se inferir que não obstante ele não pudesse controlar a cidade como um todo, poderia indicar as melhores formas de fazê-lo no que tange à questão patrimonial. A Resolução da Câmara, por sua vez, não tinha nenhum poder objetivo sobre a igreja, mas sobre todo o entorno. Defende, por conseguinte, uma proposta radicalmente oposta à de Dom Helvécio (BARBOSA *et. al*, 2012, p.192).

Esta iniciativa da Câmara, demonstrava que na cidade de Mariana não havia um interesse local pela preservação do patrimônio histórico. Na verdade, ele vai sendo introduzido por ideais “extra comunidade”, tal como pode ser identificado

---

<sup>9</sup> Governador do Estado de Minas Gerais em 1924.

através do interesse eclesiástico e o poder governamental com a “construção da identidade nacional que compunha a própria lógica de fundação do SPHAN” (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) (BARBOSA *et.al*, 2012, p. 192-193). Tem-se que,

Na cidade de Mariana o processo é ainda mais delicado, considerando que os interesses locais de preservação da memória e do patrimônio são progressivamente enredados por pretensões extra-comunidade, como o interesse federal de construção da identidade nacional que compunha a própria lógica de fundação do SPHAN. É de inferir, portanto, que na década de 1920, época em que inexistia uma política pública norteadora para a questão, o espaço para a regulamentação local do patrimônio ainda estivesse absolutamente indefinido. A comunidade premia pela necessidade de crescimento econômico local orientado pelos valores modernos, não se sentia atraída pela preservação. É evidente que a Câmara, como espaço de representação dessa comunidade, entabulasse esse processo de marchas e contramarchas inerente à preservação patrimonial que, antes de representar uma oposição a sua efetivação, significava a própria lógica conflituosa do processo de construção de uma memória social em fase de institucionalização em uma comunidade (BARBOSA *et.al*, 2012, p.193).

É neste bojo de discussão, que se inicia um processo de profundo debate entre preservar o patrimônio histórico cultural e/ou modernizar a cidade. Especialmente no momento de *boom* demográfico relacionado às empresas mineradoras que estavam se instalando em Mariana. Tornando-se nos dizeres de Barbosa *et.al* (2012), tema mais relevante do que do que a própria dinâmica social.

Em 1938, o conjunto urbanístico colonial de Mariana tornou-se patrimônio tombado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN, atual IPHAN). E em 1945, foi declarado Monumento Nacional, ficando o Governo Federal através do SPHAN (IPHAN), aprovar projetos de reforma e edificações na área central do município (CYMBALISTA; CARDOSO; NAKASHIMA, 2019).

Na década de 1980, houve uma discussão polêmica dos vereadores da Câmara em relação ao “código de obras”, possivelmente, em detrimento de regras e multas com relação as construções orientadas à preservação patrimonial. Os vereadores se opuseram ao projeto, pensando na população pobre que teria dificuldades para construir edificações dentro das normativas previstas, causando também um entrave no desenvolvimento urbano da cidade. Em julho do mesmo ano, preocupados com as construções pautadas no “bom gosto” para que a cidade não perdesse suas características originais, iniciaram um debate para criarem medidas

de contenção das “construções desordenadas”. Também votaram a favor da aprovação do código evidenciando que a engenharia da Prefeitura poderia “ajustar os tipos de casa” da população de menor poder aquisitivo, bem como controlar e fiscalizar as áreas e construções. Sendo que cabia ao prefeito tomar iniciativas para proteger as “áreas nobres e centrais da cidade”. Assim, um dos vereadores mencionou:

[...] acha que pelo bom senso e com a fiscalização do serviço de engenharia da Prefeitura, poderemos ajustar os tipos de casa para as pessoas de baixa renda, e que as melhores áreas devem ser fiscalizadas e controladas as construções. O prefeito deve agir para que não ocorra construções inadequadas nas áreas nobres e centrais da cidade (AHCMM, livro nº7, folhas 143v-144v *apud* BARBOSA *et.al*, 2012, p.194).

Segundo Passos (2018, p. 6), apesar das políticas de preservação “frear a verticalização e o adensamento no interior do conjunto tombado”, aconteceu ao entorno da cidade uma expansão urbana desordenada “com ocupações informais e loteamentos incentivados pelo próprio poder público municipal para suprir a demanda por moradia advinda das companhias mineradoras e siderúrgicas”.

Durante a década de 1970 e 1980, com a chegada das empresas mineradoras, foi necessário criar um planejamento com a construção de bairros para alojar os trabalhadores das mineradoras.

Neste período, observa-se o incremento da ocupação da chamada “cidade nova” e o surgimento de vários bairros periféricos nas cercanias da cidade e nas regiões ribeirinhas ao Ribeirão do Carmo, chamadas “Prainhas”. Esses bairros bastantes insalubres, foram fruto de uma ocupação “desordenada” do espaço, levada a efeito durante a década de 1980, por políticas clientelistas muito comuns na região. De acordo com a pesquisa anterior (SOUZA JUNIOR, 2000 *apud* MAIA, 2017, p.39), constatamos que os dois bairros mais pobres do município, Cabanas e Santo Antônio (prainha), tem sua população formada, em sua maioria, por pessoas vindas da zona rural ou de outro municípios, 59 e 60% respectivamente (JUNIOR, 2005. p.188 *apud* MAIA, 2017, p.40)

A parte periférica da cidade foi sendo ocupada espontaneamente, especialmente pelos mais pobres em “regiões desvalorizadas”. Sem dispor de política habitacional, e sim de um caráter clientelista que perpetua até os dias atuais, alguns loteamentos na época foram doados pelo ex-prefeito João Ramos Filho. Consoante aos dizeres de Passos (2018), a maioria destes loteamentos não eram dotadas sequer de infraestrutura urbana básica, de água tratada, esgotos sanitários,

energia elétrica e calçamento de ruas. Desse modo, durante muitos anos, a população marianense e até mesmo os órgãos de proteção, tiveram

[...] uma espécie de compreensão popular, quase que unânime, de existência de um perímetro completamente imóvel e isolado, que deve ser conservado e protegido, em detrimento ao livre uso e ocupação da porção localizada em seu entorno imediato e suas bordas (D'ANGELO; PEREIRA COSTA, 2016, p.7).

O IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) até publicar a Portaria n. 66/2009, com o mapa da poligonal de tombamento, não havia delimitado os limites do perímetro histórico. Fato este, que segundo Cymbalista, Cardoso e Nakashima (2019, p.5) “[...] impediu que se desenvolvesse em Mariana uma política explícita de uso e ocupação do solo regulada pelo município”. Para, além disso, os autores evidenciam que uma das maiores dificuldades do acesso à terra em Mariana, está relacionado a sua posse concentrada nas mãos de poucos proprietários, que resulta na alta especulação imobiliária. Sendo o maior deles a Mina de Passagem de Mariana.

No entanto, apesar das problemáticas que circundam a questão urbana de Mariana, somente em 2003 foi elaborado o Plano Diretor Municipal da cidade. Inclusive, o mesmo não considera as condições habitacionais da população como “situação grave”, embora reconheça que “*os loteamentos populares são razoavelmente providos de infraestrutura*”. E que o poder público municipal “*tem tido condições de prover terra para a população de baixa renda – ainda que muitas vezes com pouca infraestrutura e em localizações desfavoráveis*” (CYMBALISTA; CARDOSO; NAKASHIMA, 2019, p. 4, grifos nossos).

É possível identificar a contradição do que está posto na realidade do município e os fragmentos contidos no Plano Diretor de Mariana sobre o acesso à terra e as condições habitacionais formais e informais nas áreas que circundam o centro histórico. Assim, vale exaltar o que Passos (2018) afirma sobre os sítios urbanos tombados como patrimônio cultural, pois a população pobre moradora dos bairros periféricos na maioria das vezes, não se sente pertencente ao “centro histórico”. No contexto neoliberal, no qual o espaço urbano transforma-se numa mercadora de vitrine, os “projetos de cidade dominantes despertam o espírito cívico, o orgulho, a sensação de pertencimento, ao mesmo tempo em que pretendem

neutralizar os conflitos sociais e as diferenças” (SANCHEZ,2010 *apud* PASSOS, 2018, p.4).

### 3.3.2 *Função social da cidade e o acesso à propriedade*

Segundo Fonseca (1998), a paisagem de Mariana só apresenta mudanças significativas na entrada do século XX, com a implantação da estrada de ferro em 1914 ligando a cidade de Ouro Preto ao Rio de Janeiro.

Foi somente no início do século XX que a paisagem de Mariana sofreu algumas mudanças significativas, com a chegada de estrada de ferro, em 1914, e a construção, na margem esquerda do ribeirão, do edifício da estação, em 1921, tão “moderno” quanto o da recém criada capital de Minas. Era o início da “cidade nova”, como seria conhecida, mais tarde, esta parte da cidade (FONSECA, 1998, p. 54 *apud* MAIA, 2017, p.39).

Houve também a instalação da luz elétrica em 1918, que provocou um certo crescimento econômico, bem como as atividades econômicas que permaneceram na cidade, tais como a “extração do ouro de aluvião, indústria de transformação, manufatureira, fabril e beneficiamento das culturas agrícolas” (CYMBALISTA; CARDOSO; NAKASHIMA, 2019, p.01)

Na década de 1960, as empresas Samarco, Samitre e Companhia Vale do Rio Doce chegaram a cidade de Mariana para extrair o minério de ferro.

A partir da década de 1960, chegaram as primeiras mineradoras na cidade, causando um processo de urbanização jamais sonhado nas melancólicas décadas anteriores. [...] Em 1965, chega a S.A. Mineração Trindade (Semitri), que mesmo antes de sua ativação já atraía um significativo contingente populacional, causando modificações no ritmo calmo da cidade [...] Motivadas pelas reservas minerais e pelos gordos incentivos fiscais oferecidos pelo ímpeto desenvolvimento ditatorial, chegam à Mariana mais duas mineradoras, Samarco Mineradora S.A e a Companhia Vale do Rio Doce (JUNIOR, 2005. p.184 *apud* MAIA,2017, p.39).

Nesta sequência, Junior (2005 *apud* MAIA, 2017) apresenta que o crescimento demográfico na cidade, primeiramente será composto por funcionários e seus familiares advindos de outras localidades, e principalmente em busca de trabalho. Mariana, no entanto, só experimentou o fluxo migratório campo-cidade a partir da década de 1980.

Nessas primeiras décadas, o crescimento demográfico foi o resultado de grandes fluxos populacionais vindos de outros municípios: funcionários da empresa e seus familiares e, sobretudo, grande número de pessoas em busca de trabalho, além da mão-de-obra pouco especializada, que trabalhou na instalação das empresas e que permaneceu na cidade após o fim das obras (Fonseca, 1995). Neste período a população rural do município de Mariana tem pouca participação na composição da população da cidade, tendo uma variação modesta, saindo de 11.329 em 1950, para 9.901 em 1980. Mariana só conhecerá uma migração campo cidade significativa no final dos anos oitenta e início dos noventa (JUNIOR, 2005. p.184,185 *apud* MAIA, 2017, p.39).

As atividades das mineradoras que empregavam a mão de obra, não se restringiam apenas a extração de minério de ferro. De acordo Cymbalista, Cardoso e Nakashima (2019), o município também é rico de jazidas de bauxita, manganês, ouro e quartzitos. Assim como existem outras atividades produtivas, tais como a extração de esteatita (pedra-sabão), o artesanato, a agropecuária e os comércios.

Conforme Passos (2018), as empresas mineradoras não só colaboraram para as ocupações formais e informais, mas contribuíram para que a Prefeitura Municipal criasse uma relação de dependência financeira, em decorrência da arrecadação dos *royalties* de minério e a geração de empregos, que perpetua até os dias atuais.

[...] Dados mais recentes mostram que apesar da crise da mineração, o estado de Minas Gerais ainda é responsável por aproximadamente 67% da produção de minério de ferro do país (IBRAM, 2012) e arrecadou R\$ 300.069.000,00 de Compensação Financeira por Exploração de Recursos Minerais (CFEM), o que equivale a 43,3% da arrecadação nacional (PASSOS, 2018, p.6).

Análogo a este cenário, Passos (2018) destaca que as gestões municipais de Mariana ao longo dos anos, foram marcadas por “políticas clientelistas e corruptas, como a compra de votos, além do uso ilícito de recursos públicos em campanhas eleitorais”. Alguns representantes políticos foram financiados pelas empresas privadas, especialmente as mineradoras, causando consequências socioambientais perversas nos períodos de crise. Sem deixar de mencionar, a superexploração da força de trabalho e a flexibilização das licenças ambientais.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No primeiro capítulo, que discute sobre a *formação socio-histórica* e a *questão urbana* na Teoria Marxista, foram apresentados os conceitos de formação socio-histórica nas obras de Marx e Engels, considerando o movimento da formação socio-histórica na sociedade capitalista, estruturada por um modelo socio-econômico que possui Lei Geral e Leis Específicas. Também foi debatido as origens agrárias do capitalismo que culminou na concentração da propriedade privada e dos meios de produção. Concomitante a isso, a classe trabalhadora foi expulsa da terra e se viu obrigada a vender a única mercadoria que possui para a sobrevivência: sua força de trabalho.

Posteriormente, foi debatido sobre o déficit habitacional brasileiro como uma das particularidades da questão urbana, que se constitui como uma das expressões da questão social presente na realidade da classe trabalhadora. Sendo as cidades capitalistas um espaço de disputa entre a classe burguesa e a classe trabalhadora, essa organizada em movimentos sociais que lutam para garantir o direito à moradia e ao uso do espaço urbano. Sendo necessário o compromisso dos Assistentes Sociais diante a esta bandeira de luta, bem como o adensamento de mais produções sobre a questão urbana no campo do Serviço Social.

No segundo capítulo, foi apresentado a formação socio-histórica de Mariana, com enfoque no ordenamento do espaço urbano e uso do território, partindo do período histórico do Ciclo do Ouro até o Ciclo de mineração de ferro na contemporaneidade. Diante a coleta de dados, foi possível verificar que uma das formas de resistência e organização coletiva dos negros, se dava via os cultos religiosos, as danças, as conversas e consumo de bebidas nas vendas de comerciantes. Portanto, é importante destacar que permanecem abertas algumas lacunas, principalmente com relação às condições de moradias nos morros da cidade e as formas de organização coletiva entre os séculos XVIII e XIX. Sendo necessários, mais estudos que adensem essas análises. Além disso, ficou subentendido que a população negra nos dois primeiros ciclos, residiam em senzalas, nas fazendas e casas dos senhores de escravos. Ainda que seja preciso garimpar mais produções que subsidiem a análise a fim de aferir se já no século XIX haviam outros lugares e condições habitacionais pertencentes a eles.

A pesquisa também demonstra um avanço ao aferir a autonomia que a Unidade Camarária possuía no ordenamento do espaço urbano, no século XVIII, e como o poder municipal, a partir do século XIX, perde esta característica, ficando esta responsabilidade perante os conselhos provinciais e, na entrada do século XX, nas mãos do SPHAN (atual IPHAN). Também evidencia o interesse que a Câmara Municipal sempre possuiu em ajustar a população conforme o estilo de vida da elite constituída na cidade, a partir das edificações. O que é demonstrando, claramente, na contemporaneidade, especialmente nas discussões da Câmara na década de 80 sobre a importância de proteger as áreas nobres e o centro histórico da cidade.

Mariana desde sua fundação é um espaço de disputa com relação a moradia e o pertencimento, pois de acordo com alguns historiadores a especulação imobiliária já é datada desde o século XVIII e perpetua até os dias atuais. Portanto, a presente pesquisa apresenta o início da discussão sobre as particularidades da questão urbana de Mariana, ao abordar até o século XX e a entrada do século XXI.

É necessário que haja novas produções para avançar no debate, principalmente pós-rompimento da barragem. Tendo em vista, que atualmente foi criado o Programa Municipal de Habitação de Interesse Social em Mariana, através da Lei Municipal n. 191, em 05 de novembro de 2019. Segundo o poder público<sup>10</sup> com o propósito de resolver o déficit habitacional quantitativo e qualitativo da cidade. Importante destacar, que ironicamente a tal lei é promulgada na mesma data do crime de rompimento da barragem de Fundão da Samarco/Vale/BHP, ocorrido em 2015. Conseqüentemente, esse programa habitacional está sendo realizado com o dinheiro das ações integradas de compensação e reparação socioambiental.

Fica o questionamento se realmente as famílias sem acesso ao direito à habitação digna terão condições de acessar estas moradias, haja vista que serão financiadas pelos bancos e beneficiarão pessoas com rendimento de até cinco salários mínimos<sup>11</sup>. No entanto, a Prefeitura Municipal destacou que as ocupações

---

<sup>10</sup> Vê-se: <http://www.mariana.mg.gov.br/noticia/5699/convite-apresentacao-do-programa-habitacional>.

<sup>11</sup> Vê-se <http://mariana.mg.gov.br/noticia/5693/aberto-chamamento-publico-para-empresas-interessadas-em-construir-unidades-habitacionais-em-mariana>.



da cidade passarão por uma regularização fundiária<sup>12</sup>. Mas será que vai ser realizado? Se sim, será o suficiente para resolver o déficit habitacional de Mariana?

Ficam aqui novos questionamentos a serem respondidos na atualidade. Espera-se que esta pesquisa venha a contribuir de alguma forma para as novas produções na área, tanto para o resgate histórico da formação da cidade de Mariana, quanto nas questões postas da atualidade.

---

<sup>12</sup> Vê-se

[http://www.mariana.mg.gov.br/uploads/prefeitura\\_mariana\\_2018/Perguntas%20e%20Respostas.pdf](http://www.mariana.mg.gov.br/uploads/prefeitura_mariana_2018/Perguntas%20e%20Respostas.pdf).

## REFERENCIAS

ABEPSS. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. A REFORMA DO IMPÉRIO E A CÂMARA DA LEAL CIDADE DE MARIANA. In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria de (orgs.). **Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal**. Ouro Preto: Edufop/PPGHIS, 2012.

BARBOSA, Daniel Henrique Diniz; MARTINS, Lídia Gonçalves; ANDRADE, Pablo de Oliveira; CARVALHO, Pedro Eduardo Andrade; SQUARSADO, Raquel Corrêa. A CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA E O PATRIMÔNIO HISTÓRICO (1900-2007). In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria de (orgs.). **Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal**. Ouro Preto: Edufop/PPGHIS, 2012.

BARROCO, Maria Lúcia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

BORSOI, Diogo Fonseca. **O mundo urbano colonial: norma e conflito em Mariana/MG**. São Paulo, Revista Especialidades, v.4, n.3, 2011.

BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto**. São Paulo: ed. Scortecchi, 2012.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do/a Assistente Social. Lei. 8662/93 de regulamentação da profissão**. 10 ed. rev. e atual. Brasília: CFESS, 2012.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Atuação de assistentes sociais na Política Urbana: subsídios para reflexão**. Série. Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília: CFESS, 2016.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria de (orgs.). **Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal**. Ouro Preto: Edufop/PPGHIS, 2012.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças; ANDRADE, Pablo de Oliveira. O COMÉRCIO EM MARIANA: UM ESTUDO DAS POSTURAS DA CÂMARA NO SÉCULO XVIII. In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria de (orgs.). **Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal**. Ouro Preto: Edufop/PPGHIS, 2012.

CYMBALISTA, Renato; CARDOSO, Patrícia de Menezes; NAKASHIMA, Rosemeire. **O Plano Diretor de Mariana-MG: a difícil articulação entre planejamento urbano, patrimônio histórico e atores políticos**. Disponível em:

<https://polis.org.br/publicacoes/o-plano-diretor-de-mariana-mg-a-dificil-articulacao-entre-planejamento-urbano-patrimonio-historico-e-atores-politicos/>. Acessado em: 20 ago.2019.

D'ANGELO, Raphael Queiroz; PEREIRA COSTA, Staël de Alvarenga. **A Identificação dos Sistemas de Espaços Livres no Núcleo Histórico Urbano em Mariana-Mg**. Universidade Federal de Minas Gerais, XI Colóquio Quapa Sel, Salvador, 2016.

\_\_\_\_\_. **Ementa Ampliada GTP Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social**. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 12, n.24, p. 461-466, jul./dez. 2012.

\_\_\_\_\_. **Ementa Ampliada GTP (2015-2016) Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social**. Disponível em: [http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/ementagtpquestaoagrariaurbanaambiental2014\\_2016-201808231121496259210.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/ementagtpquestaoagrariaurbanaambiental2014_2016-201808231121496259210.pdf). Acesso em: 20 nov. 2019a.

FARAGE, Eblin; DIAS, Sabrina dos Santos (2016). Cidade, Movimentos Sociais e Serviço Social: Desafios ao Projeto Ético-Político. **Anais do 4º Encontro Internacional de política Social e 11º Encontro Nacional de Política Social**, Vitória, jun.2016.

FONSECA, Marcus Vinícius. **A Educação como Expressão do Urbano na Cidade de Mariana/Mg Na Primeira Metade Do Século XIX**. 37º Reunião Nacional da ANPED, Florianópolis: UFSC, 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Maria Teresa; SOUSA, Maria José Ferro de. FESTEJANDO O SACRO E O PROFANO: AS FESTAS PATROCINADAS PELO SENADO DA CÂMARA DE MARIANA, AO LONGO DO SÉCULO XVIII E PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX. In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria de (orgs.). **Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal**. Ouro Preto: Edufop/PPGHIS, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A “questão social” no capitalismo. *Temporalis*, ano II, n. 3, 2001.

ICASURIAGA, Gabriela Lema; RAMOS, Maria Helena Rauta. CONCEPÇÃO DE CIDADE NA OBRA DE CLÁSSICOS DA TEORIA SOCIAL. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 12, n. 24, p. 263-291, jul./dez. 2012.

LEITE, Ana Carolina Gonçalves. Paulistas e Emboabas na disputa pelo controle das Minas Novas do Araçuaí: o processo contraditório de territorialização do capital no território colonial português em formação. **Anais do XV Seminário sobre a Economia Mineira**. Diamantina (MG), p.01-20, ago./set. 2012.

MAGALHÃES, Sônia Maria de. MARIANA NA AURORA DO SÉCULO XIX. In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia

Maria de (orgs.). **Casa de Vereança de Mariana**: 300 anos de História da Câmara Municipal. Ouro Preto: Edufop/PPGHIS, 2012.

MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. AS VENDAS DE SECOS E MOLHADOS: O ABASTECIMENTO DOS MORADORES DA LEAL VILA DO CARMO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII. In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria de (orgs.). **Casa de Vereança de Mariana**: 300 anos de História da Câmara Municipal. Ouro Preto: Edufop/PPGHIS, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da expressão "questão social". **Temporalis**, ano II, n.3, 2001.

PASSOS, Flora D'el Rei Lopes. **Espaços (Con)Sentidos? Gestão do Patrimônio Cultural em Mariana/MG. Paisagem Cultural e Patrimônio**. XV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, Rio de Janeiro, 2018.

PIRES, Maria do Carmo. O TERMO DE VILA DE NOSSA SENHORA DO CARMO/MARIANA E SUAS FREGUESIAS NO SÉCULO XVIII. In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria de (orgs.). **Casa de Vereança de Mariana**: 300 anos de História da Câmara Municipal. Ouro Preto: Edufop/PPGHIS, 2012.

\_\_\_\_\_. **Relatório GTP Questão Urbana, Agrária e Ambiental Gestão 2015-2016**. Disponível em: [http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/relatorio\\_gtp\\_questao\\_urbana\\_20142016\\_final-201808221721576658630.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/relatorio_gtp_questao_urbana_20142016_final-201808221721576658630.pdf). Acesso em: 20 nov. 2019b.

SERENI Emilio. DE MARX A LÊNIN: a categoria de "formação econômico-social". **Meridiano**, Argentina, n. 2, 2013.

WOOD, Ellen Meiksins. As origens agrárias do capitalismo. **Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo, v.1, n.10, p.12-29, 2000.

## ANEXO

### Primeiro ciclo de mineração (século XVIII)

<b>Como se deu o surgimento da cidade de Mariana?</b>
<p>“Na região do Ribeirão do Carmo o paulista Bento Rodrigues, ao atravessar o morro de Vila Rica, encontrou uma área excepcionalmente opulenta no morro denominado de Mata Cavalos. Entre o final do século XVII e os primeiros anos do século XVIII (1701-1800) teve início o processo de colonização nas redondezas do Ribeirão”. (Pires, 2012, p.26)</p>
<p>“O arraial do Carmo já contava com uma população suficientemente numerosa, que permitia pleitear o reconhecimento institucional de seu crescimento perante a igreja. Isso ocorreu com a elevação da simples capela ao patamar de paróquia ou freguesia, denominação usada tanto para a administração civil como para a eclesiástica”. (Pires, 2012, p.26)</p>
<p>“Em 1701, atendendo a uma solicitação do coronel Salvador Furtado feita em 1698, o bispo do Rio de Janeiro criou uma paróquia na capelinha do Carmo. À medida que os arraiais iam se povoando, o bispo do Rio de Janeiro autorizava a ereção de capelas e a criação das primeiras freguesias (paróquias) com párocos encomendados. Essas freguesias necessitavam de autorização real e, dependendo da importância do local para o desenvolvimento da região mineradora, recebiam a confirmação do Rei a curto, médio e longo prazo, possuindo um pároco que recebia a cônica anual de duzentos mil réis. Como algumas freguesias (unidades territoriais) possuíam uma grande extensão territorial, os vigários indicavam ao bispo sacerdotes para darem assistência aos moradores de distritos ou arraiais sob a jurisdição da sua freguesia (paróquia)”. (Pires, 2012, p.27)</p>
<p>“Após o final da Guerra dos Emboabas, Dom Antônio de Albuquerque criou as primeiras vilas com o intuito de conseguir um maior controle da região mineradora. Como em 1711 o arraial do Carmo já contava com uma numerosa população, isso também justificou sua ascensão ao patamar de Vila”. (Pires, 2012, p.28)</p>
<p>“A comarca de vila Rica, dividiu-se em dois termos, um com sede em Vila Rica e o outro em Vila de Ribeirão do Carmo. Os termos se dividiam em freguesias que também se subdividiam em arraiais, distritos ou continentes. As primeiras freguesias de provisões episcopais de desenvolveram em torno das atividades mineradoras ou agrícolas e, aos poucos, a população foi se dedicando também a outras atividades necessárias para o desenvolvimento da região”. (Pires, 2012, p.29)</p>
<p>“Em 1745 a Vila de Ribeirão do Carmo passou a se denominar cidade de Mariana, após a criação do bispado no qual se tornou sede”. (Pires, 2012, p.29)</p>
<p>“Segundo Ida Lwkowicz, o território da Vila do Carmo/Mariana ocupava uma área de aproximadamente 50.000 KM². Essa dimensão permaneceu até o ano de 1831, quando foi desmembrado devido o território do Rio Pomba”. (Pires, 2012, p.43)</p>
<p>“Essa trajetória se diferencia do padrão usual de composição espacial, pois “pode-se afirmar que em Minas é o espaço urbano em si que vai produzir – mais do que simplesmente anteceder – o espaço rural, e não o contrário, como via de regra se pensa o caminho da formação das cidades e dos espaços urbanos na história”. (CUNHA, 2009, p. 58 apud FONSECA, 2015, p.01)</p>
<p>“Em Minas, a inversão entre o rural e o urbano está relacionada com o tipo de sociedade produzida a partir da preponderância da atividade mineradora nos períodos iniciais de ocupação do território. Foi através da mineração que surgiram conglomerados populacionais e atividades socioculturais tipicamente urbanas. Por outro lado, foram as necessidades destes núcleos urbanos que deram origem ao espaço rural que foi se especializando através da produção de alimentos e utensílios para o abastecimento das cidades da região mineradora, sobretudo aquela que se encontravam no centro da Capitania/Província”. (Fonseca, 2015, p. 02)</p>
<p>“Em 1745, quando Mariana já havia sido elevada à condição de sede episcopal, as constantes inundações do Ribeirão do Carmo passaram a se tornar um problema para a região às suas margens. Dom João V enviou ao governo da capitania duas ordens, em 1745 e 1746, que orientavam a elaboração de um plano urbano que se consolidava no estabelecimento da cidade num local mais alto, livre dos problemas relativos às enchentes. [...] Mariana é a primeira cidade “planejada” do Brasil, a partir da elaboração de uma planta (Figura 03) contendo o plano urbano ortogonal desenvolvido pelo engenheiro militar português José Fernando Pinto Alpoim”. (D’ANGELO; PEREIRA COSTA, 2016, p.06)</p>
<p>“Segundo FONSECA (1998, p.43), a proposta de implantação de traçados em xadrez, levada a cabo</p>

<p>pelos engenheiros militares portugueses, fazia parte de uma política urbanizadora mais agressiva, visando controlar mais diretamente não somente as cidades reais e sedes das capitanias, mas todas as aglomerações, em todos os níveis e regiões, a fim de conter a dispersão da população. Com isso, Fonseca lança mão de documentação cartográfica para construção de suas assertivas e também através de exposições de projetos do engenheiro militar José Fernandes Pinto Alpoim. A autora afirma que Mariana é expressão dessa tentativa de controle da Colônia feita pela Coroa portuguesa através da imposição de traçados retilíneos, característica também pontuada por BORSOI (2010). É instigante compreender a relação entre os valores e princípios da elaboração do plano urbano da cidade em 1945 e seus sistemas de espaços livres propostos e dos atuais” (D’ANGELO; PEREIRA COSTA, 2016, p.09)</p>
<p>“Dentre os marcos temporais destacados por esta e outros pesquisadores, está o ano de 1745, quando a Vila de Nossa Senhora do Carmo é elevada à categoria de cidade para que pudesse ser sede do bispado. Era a única cidade da Capitania durante todo o século XVIII. Com a chegada do primeiro bispo, em 1748, a cidade assumiu a posição de principal centro religioso da capitania, condição esta que é efetivada por um grande número de obras civis e religiosas. Nesta época a cidade ganha um traçado urbano em quadras retilíneas, desenhado pelo brigadeiro Alpoim, o chamado Plano Alpoim”. (PASSOS, 2018, p.05)</p>
<p>“Contudo, enquanto Villa Rica (atual Ouro Preto) se firmava como um centro dinâmico, de comércio e serviços diversificados, Mariana nunca chegou a se constituir num centro terciário regional. Em fins do século XVIII, com o declínio do ouro, a cidade viveu um processo de estagnação econômica que perdurou até o princípio do século XX. A ausência de outras atividades dinâmicas fez com que não houvesse durante esse tempo uma expansão urbana significativa do centro urbano consolidado. E a mudança da capital mineira de Ouro Preto para Belo Horizonte, em 1897, também contribuiu para o esvaziamento e a perda de prestígio e de investimentos na cidade de Mariana. Ainda na primeira metade do século XX, a exportação do ouro passou a atingir cifras significativas e consolidou-se a base legal de sustentação da mineração brasileira”. (PASSOS, 2018, p.03)</p>
<p>Também no início do século XVIII foram construídas vários edifícios marcantes e alguns logradouros. Mesmo com as enchentes ocorridas por volta de 1743, que destruíram boa parte da vila, devido aos fortes impactos que a mineração trazia ao Rio Ribeirão, o Rei D. João V ainda manteve sua decisão de instalar no local a sede do novo bispado. Portanto, “[...] em 1745 concretizou-se a criação do bispado. Neste mesmo ano, a vila foi elevada à categoria de Cidade de Mariana, em homenagem à D. Maria Anna D’Áustria, esposa de D. João V.” (FONSECA, 1998, p. 36 apud MAIA, 2017, p.37).</p>
<p>“Os engenheiros militares foram chamados para trabalharem no planejamento das cidades coloniais, e como ressaltado por Fonseca (1995), o plano urbanístico de Mariana foi idealizado pelo engenheiro militar José Fernandes Alpoim. A cidade contou com um documento que dispunha sobre o traçado, as determinações dos locais das praças, dos principais edifícios, indicando também as ruas e os principais aspectos das moradias”. (MAIA, 2017, p.37)</p>
<p><b>Quais eram as atividades produtivas?</b></p>
<p>“A Vila do Ribeirão do Carmo era mais extensa que o termo Vila Rica, possuía um número maior de freguesias (paróquias), além de ser mais populoso. [...] era uma região que apresentava um quadro natural diverso, possibilitando uma ampliação econômica e abrigava área mineratória, agrícolas e regiões ainda intocadas. Descobertas importantes foram sendo realizadas nas proximidades do Ribeirão do Carmo e, “preocupados, pois, em matar a fome, e em fazer as roçadas para mantimentos, os primeiros moradores do Carmo se espalharam já ao longo do ribeirão.” (PIRES, 2012, p.29)</p>
<p>“O almotacé era responsável por fiscalizar três constantes da vida nas vilas ou cidades: o comércio, a salubridade pública e a construção”. (PIRES, 2012, p. 58)</p>
<p>“Além das medidas e preços, os almotacés também tinham que conhecer bem as distintas atividades mercantis, bem como as regras para a atuação de cada uma delas. Os lojistas e vendeiros, assim como os boticários, possuíam licenças para atuarem e seus estabelecimentos eram fiscalizados pelos almotacés e rendeiros do ver”. (Pires, 2012, p.76)</p>
<p>“As negras do tabuleiro, escravas ou forras, comercializavam alimentos (produtos comestíveis, bebidas e quitutes) nas ruas e praças e também era objeto de muitas das posturas da Câmara sobre a atividade mercantil. Em geral, eram proibidas de circular próximas às áreas de mineração, principalmente, faisqueiras nas áreas urbanas. Havia temor de que elas facilitassem furtos e contrabandos”. (Pires, 2012, p.76)</p>
<p>“Quando o problema era a falta de alimentos e a carestia derivada da ausência, a ação dos atravessadores no comércio de víveres e a prática dos vendedores e dos produtores de estocar</p>

alimentos, visando a elevação dos preços, tornavam-se focos da ação das Câmaras e o almotacé entreve em cena. Os atravessadores compravam produtos os roceiros e lavradores e os transportavam até a cidade para revende-los por um preço mais alto. A Câmara incentivava a venda direta entre o produtor e o consumidor para os casos de alimentos de subsistência. Esses gêneros eram também almotaçados, mesmo assim os atravessadores conseguiam especular tanto pela ausência induzida como pelo desvio dos gêneros para mercados com menor fiscalização”. (Pires, 2012, p.82)

“Em Mariana, como em todas vilas e arraiais das Minas Gerais, as vendas se disseminavam. Ocupavam não apenas os espaços urbanos, mas também os caminhos e áreas rurais. Nelas praticavam o pequeno comércio, a venda à varejo e o comércio de miudezas. Eram consideradas pelas autoridades camarárias potencialmente como espaços de desordem, onde a bebida, jogos e batuques estimulariam a violência e a contravenção. No entanto, eram necessários para o abastecimento da população mais carente. Nesse sentido, várias foram as medidas tomadas pela Câmara de Mariana para favorecer a manutenção desse pequeno comércio de vendas e “negras do tabuleiro” nas áreas mais urbanizadas da cidade e ao mesmo tempo impedir que ele se propagasse pelos morros de mineração”. (Pires, 2012, p.83)

“Frente a esses problemas, é interessante a proposta de criação de uma quitanda para melhor controle das “negras de tabuleiro” na vila do Carmo feita pelo almotacé, o sargento-mor João Batista em 1727. No entanto, tal proposta nunca se concretizou, mas é importante saber que ela faz parte da discussão sobre o ordenamento do espaço econômico de Mariana. Nesse caso específico, provavelmente nem mesmo os donos de escravas consideravam a estratégia como mais lucrativa, sobretudo se a venda de quitandas estivesse associada à prostituição. Assim, a proposta parece menos econômica, no sentido da rentabilidade, e mais política por privilegiar fundamentalmente o controle do espaço”. (Pires, 2012, p.86)

“A tensão era permanente, assim como os interesses eram diversos. O importante aqui é pensarmos as câmaras como unidades políticas que dispunham de certa autonomia na elaboração e execução de suas posturas, sobretudo pelo fato de se basearem num princípio do direito como o *usus modernus* e no entendimento, ainda no século XVIII, de que mercados e abastecimento eram questões políticas e deviam ser regulamentadas para o “bem comum”. Essa situação será bem distinta no século XIX, tanto pela perda de autonomia nas câmaras dentro da constituição do Império do Brasil quanto pelas mudanças resultantes dos ventos do liberalismo econômico”. (Pires, 2012, p. 86)

Minas Gerais é a região onde encontramos a transição de uma atividade de *monocultura* para uma *economia diversificada* sem a ocorrência de grandes traumas na vida social. Esse movimento ocorreu em consequência da necessidade de enfrentamento da decadência da atividade mineradora que, a partir do final do século XVIII, passou a ceder espaço para a agricultura, a criação de animais, o comércio e o trabalho de pequenos artesãos. O êxito desta diversificação econômica se expressava na intensidade do uso da mão de obra escrava que se fazia presente em larga escala no território mineiro. Devemos considerar que não é possível admitir uma crise econômica para uma região que absorvia a maior parte dos trabalhadores escravos do país. Portanto, no final do século XVIII, o que encontramos em Minas não foi a decadência econômica como resultado da crise na atividade mineradora, mas a diversificação e a reestruturação de sua matriz produtiva que continuou fazendo da região o maior pólo de atração dos trabalhadores escravos introduzidos no país. (PAIVA, 1996 apud Fonseca, 2015, p.02)

Portanto, em Minas Gerais encontramos um processo de configuração espacial específico em que houve a inversão das tradicionais relações entre o espaço rural e urbano. (Fonseca, 2015, p.03)

### Como eram as relações sociais?

“Em 1723, na sede da Vila havia 80 vendas, propriedades de 75 senhores, sendo que apenas cinco deles tinham dois estabelecimentos. Elas pertenciam a vários mineiros, sendo que apenas quatro possuíam ofícios que os distinguiam dos demais: dois ajudantes, um furriel e um sacerdote, o pe. Francisco Xavier. Alguns não possuíam nenhum escravo, a maioria era composta por pequenos escravistas e poucos possuíam um número expressivo como Domingos João (11 escravos), Antônio de Araújo (12), Manuel Gonçalves da Veiga (17) e Diogo Ferreira de Souza (21). O caso desses poucos senhores com número mais expressivo de escravos registrados indica que, além da venda, eles se lançavam em outras atividades como a fiação de ouro e, provavelmente, empregavam seus escravos em ofícios mecânicos como barbeiros, sapateiros, pedreiros. A existência de comerciantes, em sua maioria com apenas um empório e poucos trabalhadores escravos, reforça a tese que “os negócios vinculados ao pequeno comércio eram quase sempre responsabilidade dos setores mais empobrecidos da classe senhorial”. (MAIA, 2012, p.114)

“Com a posse de escravista na vila, as tavernas estavam, em 1723, nas mãos preferencialmente de 72 homens e de três mulheres. No universo masculino, identificamos apenas um ex-escravo, o liberto João Pinto, como proprietário. Ao contrário, as mulheres forra dominavam o comércio feminino no povoado. [...] Além dessas escravas envolvidas, outras continuavam a trabalhar atrás do balcão ou a terem no passado exercido a atividade no comércio de secos e molhados”. (MAIA, 2012, p.115)

“Segundo Luciano Figueiredo, ao longo do século XVIII, as mulheres passaram a ocupar cada vez mais o papel de administradoras de pequenos comércios, principalmente das vendas fixas. Segundo o autor, a primeira metade do século, no Carmo e em Vila, a posse dos estabelecimentos encontrava-se predominantemente nas mãos masculinas e com a entrada mais expressiva de mulheres na Capitania, durante o século, elas passaram a “ocupar atividades subsidiárias, enquanto os segmentos masculinos seriam assimilados no trabalho extrativo ou em ofícios mecânicos”. Os homens tenderiam a migrar para atividades em busca de oportunidades que lhes trouxessem maiores recursos econômicos”. (MAIA, 2012, p.116)

“O grupo chefiado pelo Alferes Bernardo Pinto Monteiro, que era casado e estava acompanhado de sua esposa e seis filhos (quatro homens e duas mulheres). Encontramos também o registro de integrantes que não aparentavam nenhum tipo de parentesco, como a agregada Quitéria Gonçalves, os escravos Pedro e Maria Antônia”. (FONSECA, 2015, p.08)

“A classificação de raça/cor indica uma hierarquia na definição da *qualidade* dos membros do domicílio, pois, como pode ser visto, o núcleo familiar foi assinalado como branco, enquanto os demais foram classificados a partir de um conjunto de termos hierarquicamente estruturados: a agregada Quitéria foi considerada parda e os escravos (Pedro e Maria Antônia) foram apresentados como pretos. Portanto, há uma hierarquia que separa os indivíduos a partir do *status racial*, ou seja, o núcleo familiar era branco, os agregados pardos e os escravos pretos. A classificação como branco é o reconhecimento de um *status* incondicional de liberdade. Os agregados, que de alguma forma tinham uma relação de dependência com o núcleo familiar, foram apresentados como pardos. Já os cativos, que eram absolutamente dependentes, foram assinalados na condição de pretos. A regularidade com que encontramos esta hierarquização indica que as distâncias sociais eram acompanhadas, ou reforçadas, por diferenciações raciais. Isso indica que as classificações apresentadas no campo relativo à “qualidade” iam muito além da raça, ou cor, designando também um lugar social”. (FONSECA, 2015, p.09)



<p>“Na lista de Mariana encontramos a manifestação de uma mentalidade patriarcal que determinava que, quando havia um casal, o homem devia ser sempre apresentado em primeiro lugar, ou seja, como chefe do domicílio. Esta mentalidade também estabelecia que fosse indicada apenas a ocupação do chefe, ou do pólo masculino do domicílio. Desta forma, podemos perceber que há o registro da ocupação do chefe do domicílio, de seu filho mais velho e um indivíduo que estava na escola. Esta maneira de construir os registros nas listas nominativas indica que a ocupação do chefe determinava a dos demais membros, sinalizando que estes mantinham para com ele uma relação de dependência”. (FONSECA, 2015, p.10)</p>
<p>A condição de mulheres chefes de domicílio com crianças nas escolas é algo que estava ligado às condições de vida produzidas nos espaços urbanos que, certamente, propiciava uma gama maior de possibilidades para este segmento. No espaço urbano representado por Mariana, as hierarquias e os preconceitos dirigidos a grupos como mulheres e negros não impedia a construção de estratégias que lhes permitiam uma capacidade maior de movimentação no espaço poroso das cidades, onde podiam, inclusive, utilizar os processos de educação formal como mecanismos de afirmação no espaço social. (FONSECA, 2015, p.16)</p>
<p><b>Qual forças sociais deliberaram acerca da função social do espaço urbano? E quem tinha o direito à propriedade?</b></p>
<p>“A primeira providência a ser tomada na ereção de uma Vila era a determinação do seu termo, ou seja, da área do novo município e a delimitação do rossió, terreno público administrado pela câmara, segundo as ordenações do reino. De acordo com Murilo Marx, essa providência visava garantir uma área para o usufruto comum dos habitantes, como locais públicos, terrenos para plantações, pastagens e para servir as necessidades futuras de expansão da nova vila”. (PIRES, 2012, p.49)</p>
<p>“As leis produzidas pelo corpo político do Senado das Câmaras, os chamados “homens bons” das cidades e vilas coloniais, tinham como objetivo ordenar os espaços públicos e criar regras de convívio para seus moradores. As posturas, como eram denominadas essas leis, foram criadas como forma de adaptar ou suprir omissões deixadas pelo reino. Assim, as necessidades ou os costumes de uma determinada vila eram regulamentados de acordo com essa legislação local. Isso dava autonomia às Câmaras para administrar e ordenar a vida cotidiana”. (CHAVES; ANDRADE, 2012, p.71)</p>
<p>“Em 1711, o Arraial de Nossa Senhora de Ribeirão do Carmo é elevado à categoria de Vila [...]. Este acontecimento exigiu a implantação, segundo as determinações metropolitanas, ainda que de forma precária, da estrutura administrativa e judiciária representada pelo Senado da Câmara e Cadeia da então leal Vila de Nossa Senhora do ribeirão do Carmo de Albuquerque. Neste período, foi delimitado o termo e iniciadas as obras públicas, como abertura de caminhos, construção de praças, igreja Matriz, pelourinho, aquedutos, chafarizes, pontes, atalho dos morros, compra de casas para instalação de quartéis e a contratação do corpo administrativo. Conforme Salomão de Vasconcelos, em sua origem, a vila do Ribeirão do Carmo era composta por núcleos habitacionais “de Matacavalos ou Carmo (depois Rosário) e de São Gonçalo”, espaço geográfico onde morava a elite da vila”. (GONÇALVES; SOUSA, 2012, p.139)</p>
<p>[...] “E, também, porque houve uma reorientação do núcleo urbano, quando a elite muda do Rosário velho – posteriormente Rosário Velho – para as imediações da Nova Matriz”. (GONÇALVES; SOUSA, 2012, p.141)</p>
<p>“Nessa trajetória, a Câmara desenvolveu práticas de manutenção e fiscalização do espaço, cujo principal alvo dizia respeito a chamada sesmaria da Câmara doada pela Coroa portuguesa para estabelecimento da vila e seu rossió. Esse terreno, de meia légua em quadra, foi cedido para o Senado por Antônio Pereira, um dos primeiros sesmeiros da região, em troca do posto de escrivão vitalício da Câmara”. (BORSOI, 2011, p.11)</p>
<p>“Dentro do espaço doado para patrimônio da Câmara era delimitado o rossió, parte pública utilizada para festas e cerimônias, pastos e retirada de madeira, e a demarcação de lotes destinados à habitação chamada de aforamento ou tombamento. Os lotes eram doados ou vendidos para a população que em troca deveriam pagar uma taxa anual chamada de foros da câmara. As terras aforadas ou tombadas pelo Senado compreendiam não só seu patrimônio como também outras partes do termo<sup>3</sup>. De modo geral, havia a concepção de centro, compreendendo a légua ou meia légua citada, e as povoações adjacentes a vila de Mariana, chamadas de “arrabaldes”, abarcando principalmente as regiões de Santana, São Gonçalo, Monsus, Rosário e Passagem”. (BORSOI, 2011, p.11)</p>
<p>“Os foros urbanos administrados pela Câmara eram concedidos mediante requisição dos moradores,</p>

<p>por petição, e cedidos por pregão como também por venda ou troca entre particulares, como demonstra o edital de 1742”:</p> <p style="padding-left: 40px;">Toda a pessoa que quiser aforar chãos nos pastos dessa vila para neles edificarem casas no termo de oito dias, apresentarão suas petições para na repartição que se a de fazer, se lhe concederem aqueles que lhes parecer de que se lhe mandara passar carta de aforamento pagando [o] costumado[...] (AHCMM, 1742, cód. 554, fl.17v apud BORSOI, 2011, p.12).</p>
<p>“Outro critério recorrente para concessão de foros pelos membros do Senado era compromisso, para os possíveis foreiros, de edificar casas, com fim a expandir o núcleo urbano. Os foros concedidos tinham tamanhos variados e um dos critérios utilizados para a divisão dos lotes era a renda do requerente. Em edital de 1750, o Senado da Câmara afirma: “muitas pessoas pedirão chãos a este senado para fazerem casas os quais se consideram [ilegível] de proporção e desigualdade respectiva aos seus poucos cabedais” (AHCMM, 1750, cód. 462, fl.65 apud BORSOI, 2011, p.13).</p>
<p>“Porém, nota-se que havia uma especulação, na quadra do Senado, referente a aquisição dos foros, sem a orientação para edificar casas”:</p> <p style="padding-left: 40px;">aquelas pessoas que podem e necessitam levantar casas para sua acomodação são precisadas a comprarem os chãos que se acham em poder de certos foreiros que não cuidam nem tem possibilidade para a tal edificação, valendo-se [de] os não largarem do fútil pretexto de que pagam os foros quando devem advertir que não e só do intento da nossa administração atender para a utilidade de que se recebe das tais pensões, mas também, em que esta cidade se delate [em] edifícios para grandeza da mesma tanto recomendada pelo real agrado, e ordens de sua majestade (AHCMM,1750, cód. 462, fl.65 apud BORSOI, 2011, p.13).</p>
<p>“Na contramão dos interesses camarários, os foreiros se esquivavam do controle da Câmara, procurando brechas com as quais poderiam adquirir foros sem o encargo de edificar casas. Em 1744, os membros do Senado identificaram: “algumas pessoas que tem aforado terras no pasto da olaria sem estarem tapadas nem casas levantadas” (AHCMM, 1744, cód. 554, fl.52v). Em 1750, os senadores repreenderam alguns foreiros que se achavam nesta condição: “apenas levantam as frontarias das casas, e fazem outra qualquer pequena obra, dispensando nest[a] pouco custo para assim venderem os chãos” (AHCMM, 1750, cód. 462, fl.65 apud BORSOI, 2011, p.13).</p>
<p>“Além disso, os senadores estavam atentos a manutenção dos traçados do núcleo, coibindo iniciativas que feriam o espaço público. Em 1804, por exemplo, Domingos Fonseca da Costa enviou uma petição a Câmara, afirmando: “da outra parte da ponte do seminário se acham terras devolutas no morro que confronta com a cidade e nelas quer o suplicante aforar vinte e duas braças para nelas edificar uma morada de casas [...]”. (BORSOI, 2011, p.15)</p>
<p>“Mesmo sem projetos prévios, havia, entre os funcionários da Câmara, uma pratica de ajustamento dos traçados para organização da cidade. Essa pratica, muitas vezes, acontecia por negociações que envolviam cidadãos e a Câmara Municipal, gerando reajuste de ações em função das exigências dos habitantes do núcleo urbano”. (BORSOI, 2011, p.16)</p>
<p>“Os documentos legislativos da Câmara Municipal, tais como editais posturas e acórdãos, são fontes importantes para a compreensão, em escala de análise microscópica, do processo dinâmico que envolveu a produção espacial do núcleo urbano de Mariana no século XVIII. A investigação deste corpus documental possibilitou abrir nova porta para o mundo urbano vigente na região das Minas, em que não só o poder metropolitano, representado pelos engenheiros militares, foi responsável por interferências, mas também a Câmara Municipal, por práticas surgidas no intuito de resolução de problemas cotidianos na vila/cidade sem planos prévios”. (BORSOI, 2011, p.21)</p>
<p>“Esses trabalhos tendem a compreender regularidade como a “geometria uniforme no traçado retilíneo de arruamentos e praças” (BASTOS, 2007, p.30). Entretanto concluímos que o entendimento das ações promovidas pela Câmara Municipal assume outro significado para o conceito em questão”. (BORSOI, 2011, p.21)</p>
<p>“Assim, compreende-se que também pode haver regularidade, “quando em um processo podemos observar series de eventos, com a repetição de determinadas características”. Com esse norte, vimos, pela documentação, a atuação da Câmara Municipal de Mariana principalmente em relação aos cuidados com o ordenamento do espaço edificado e com construções e consertos dos equipamentos urbanos da cidade”. (BORSOI, 2011, p. 21)</p>
<p>“Podemos avaliar também que algumas práticas exercidas pelos cidadãos não condizem com o novo traçado atribuído ao engenheiro militar Alpoim. Apesar de não acompanharmos sistematicamente a documentação anterior a década de 1740, pode-se especular que tais hábitos eram praticados desde o começo do primeiro arraial. Com a progressiva inserção de um aparelho Administrativo</p>

português, a Câmara Municipal, há a tentativa de se corrigir certas práticas, principalmente depois do projeto urbanístico lusitano, segundo o qual as ações dos cidadãos começam a ser vistas como danosas ao novo espaço construído da cidade”. (Borsoi, 2011, p.21)
“A tentativa de impedimento por parte da Câmara Municipal, através da legislação, demonstra uma tentativa de normatização de alguns hábitos que não condiziam com a recente urbanidade dada pelo desenvolvimento espacial do núcleo e pelo processo de formação social, na qual se começa a cristalizar uma elite econômica, intelectual e política que, por conseguinte, estabelece determinados hábitos que devem ser seguidos pelo demais cidadãos. Por outro lado, a normatização de certos hábitos não é cumprida integralmente pela população, haja vista a reincidência de editais sobre o mesmo assunto e a constante negociação entre os diversos agentes urbanos na resolução de problemas”. (Borsoi, 2011, p.22)
<b>Quem são os sujeitos sociais que ocuparam o território? Quais as suas condições de moradia e de organização coletiva?</b>
“Na década de 1730, e até o início da década seguinte, a população do território marianense e da própria sede aumentou expressivamente – o fluxo principalmente de trabalhadores escravizados que passavam pelos registros de entrada eram impressionantes. Calcula-se, que no período que se estende de 1723 a 1735, entre 5.7000 a 6.000 homens e mulheres cativos chegaram anualmente a Minas e que entre 1739 e 1741, alcançou-se o seu auge com a estimativa de 7.360 escravos importados. Esse crescimento mais acentuado foi sentido em diversas partes da Capitania Autônoma de Minas Gerais. O <i>boom</i> demográfico é sentido principalmente na arrecadação da fazenda Real. Na documentação produzida com essa finalidade constata-se que, no final da década de 1720 (em especial no ano de 1728) foram tributados 17.376 cativos no termo de Mariana e anos depois, em 1735, foram contabilizados 26.892 escravizados, mantendo a posição de maior contingente populacional de toda a Capitania neste período”. (MAIA, 2012, p.117)
“É nesse momento de maior crescimento dos povoados, com o trabalho de mineração alcançando os morros que circundavam a sede e suas proximidades, que os estabelecimentos comerciais, as vendas e os vendeiros, sofreram novamente a perseguição da ação estatal”. [...] (MAIA, 2012, p.117)
“No morro de Matacavalos termo desta vila estão estabelecidos muitos mineiros com mais de cinco mil negros que se exercitam em minerar e causando lhe grande prejuízo as vendas de águas ardentes, cachaças, fumos, bolos e outros semelhantes gêneros”. (MAIA, 2012, p.117)
“Como se vê número expressivo de pequenos estabelecimentos comerciais, legalizados, ilegais ou não, povoou os morros, ruas e largos da vila mineradora. Tiveram as vendas um lugar fundamental na sociabilidade cotidiana, especialmente da parcela da população livre pobre e do grande número de escravos. Os cativos – o mais representativo grupo de moradores de Mariana setecentista – serviam-se das vendas para variados fins: encontros, reencontros, locais de concentração de companheiros da mesma terra, divertimento, batuques, práticas religiosas, compra de alimentos e objetos diversos”. [...] (MAIA, 2012, p.118)
“Em Mariana, havia vários domicílios que eram organizados sem as relações de parentesco como elemento aglutinador do grupo. Isso estava ligado a uma realidade que remonta às sociedades do período pré-industrial, cuja principal característica era a organização das unidades de moradia como grupo de trabalho. No Brasil, o trabalho era uma instância fundamental em relação ao processo de organização dos domicílios. Desta forma, o que justificava a reunião de indivíduos de condições tão díspares (livres, escravos e agregados) era o fato de que os domicílios eram espaços de moradia e trabalho”. (Fonseca, 2015, p. 10)
“Para além dos negócios e da compra de gêneros diversos, os pequenos comércios eram espaços para “bailes, batuques e folguedos que atraíam ao local camadas populares pobres em busca de um lazer coletivo. Alguns desses estabelecimentos serviam também como espaços de resistência cultural, ao congregar escravos e libertos africanos de mesma origem étnica – o que reforça suas identidades – traduzidas nos seus costumes, língua, vestuários e modos de ver e sentir o mundo. As vendas, chefiadas por mulheres africanas que pertenceram ao cativo e conseguiram a alforria, eram espaços ideais para esses encontros. Segundo Russel-Wood, o Conde de Assumar, quando governou a capitania de São Paulo e Minas do Ouro (1771-1721), observou que mulheres libertas abriam vendas “que pudessem ser locais de reunião de negros de sua nação”. (MAIA, 2012, p.112)

## Decadência do Primeiro Ciclo de Mineração (século XIX)

<b>Quais eram as atividades produtivas?</b>
<p>“Na aurora do oitocentos a cidade de Mariana continuava a desempenhar um papel de destaque no contexto da capitania/província de Minas Gerais, mesmo padecendo com os efeitos do declínio da mineração. Nesta época, esse núcleo abrigava cerca de 5.00 habitantes. Com o decorrer dos anos, porém, houve um despovoamento gradativo da urbe, conforme demonstram os estudos de lewkowicz: no ano de 1809 possuía 3.249 habitantes, constituídos por 1.611 homens e 1.637 mulheres. A intensificação de ruralização contribui para justificar a gradativa diminuição da população urbana. As freguesias de Furquim, São Caetano, Catas Altas, Antônio Pereira e o Povoado de remédios, por exemplo, que abrigavam enormes possibilidades de expansão econômica, tornaram alvos de mineradores e de outras pessoas interessadas em investir na agropecuária. Deste modo, decorrida uma década, Mariana resguardava 2.050 indivíduos, distribuídos em 341 domicílios”. (MAGALHÃES, 2012, p.148)</p>
<p>[...] “no geral, todo o território administrativamente depende da sede do município somava uma população de 50.191 habitantes”. (MAGALHÃES, 2012, p.151)</p>
<p>“Na opinião de Saint Hilaire, esta cidade só não entrou em total decadência com a diminuição das atividades mineratórias pelo fato de deter um complexo aparelho administrativo. Seu comércio restringia-se ao consumo interno, com poucas lojas, e apenas dois ou três comerciantes ricos”. (Magalhães, 2012, p.151)</p>
<p>“Na área urbana de Vila Rica, no período de 1750 a 1769, os trabalhos comerciais e de ofícios achavam-se em primeiro e segundo lugares, respectivamente, na ocupação da população. As atividades mineratórias apareciam em terceiro lugar, e nas freguesias caía para o quarto lugar, na sede do termo Vila Rica”. (Magalhães, 2012, p.152)</p>
<p>“O sistema econômico urbano concentrou-se na produção e no consumo internos, diferentemente da economia rural”. [...] (COSTA, 1982, p.13 apud MAGALHÃES, 2012, p.153)</p>
<p>“O processo de diversificação social nas Minas foi condicionado pelas flutuações da economia mineratória, ganhando ao longo do tempo formas e expressões próprias. A mineração estabeleceu a maneira como se processou o povoamento e a colonização, possibilitando grande afluxo de mercadores àquela região. Rapidamente, os comerciantes criaram condições para o estabelecimento de mercados fixos, dada a sua vinculação com a produção agrícola local. De início, instituíram-se as lojas, vendas e tabernas, além de feiras e de uma rede comercial de abastecimento. Posteriormente, graças ao notável aumentos dos rendimentos provenientes dessa atividade, os mercadores fixaram-se na áreas de mineração, como aconteceu com lojistas e vendeiros”. (Magalhães, 2012, p.153)</p>
<p>“Segundo Fonseca (1995) o espaço urbano de Mariana não se enquadra em um único “estilo”, sendo influenciado pelo pensamento renascentista e mineirística. É importante ressaltar ainda o momento que se iniciou a exploração de minas de ouro no distrito de Passagem de Mariana. Este fato teve um impacto significativo na estrutura física e econômica da cidade. Segundo Tavares (2006)”</p> <p style="padding-left: 40px;">Em 1819, o Barão de Eschewge inicia a exploração de ouro na região de Passagem de Mariana, tentando introduzir novas técnicas de extração e beneficiamento, sem, contudo, alcançar sucesso. No século XIX, com a chegada das companhias mineradoras inglesas, cujo objetivo era a produção de ouro houve outra fase de extração mineral na região. Essa atividade foi basicamente localizada no Distrito de Passagem de Mariana, com a extração subterrânea de ouro pela Cia. Minas de Passagem. Nas décadas de 1880 e 1890 foi a segunda mina mais produtiva da região metalúrgica. Também neste período houve a tentativa de exploração em maior escala de ouro ao norte da cidade de Mariana, locais conhecidos hoje como Gogô E Mina del Rei (ferrand 1897), no mesmo local onde foi extarido minério de ferro no século seguinte. (TAVARES, 2006, p.2 apud MAIA, 2017, p. 38)</p>
<p>Os referidos lugares onde foram iniciadas as primeiras extrações subterrâneas, como as terras do Distrito Passagem de Mariana até o Bairro Morro Santana (Gogô), ainda pertencem à Companhia Mina de Passagem. Com efeito,</p> <p style="padding-left: 40px;">Como consequência do aumento populacional e da falta de planejamento urbano as cidades de Ouro preto e Mariana e o distrito de passagem de Mariana passaram a sofrer um processo de expansão desordenada. Em</p>

Mariana, além das ocupações das encostas, ocorreu também a ocupação das margens e planícies de inundação do Ribeirão do Carmo. (TAVARES, 2006, p. 4 apud MAIA, 2017, p.38)
A extração aurífera entrou em decadência já no século XVIII, e em sua substituição foram desenvolvidas atividades de menor importância econômica, como a lavoura, manufaturas, pecuária. A implantação da Estrada de Ferro Central do Brasil em 1914, ligando a cidade a Ouro Preto, a instalação da luz elétrica em 1918, repercutem na economia local e provocam algum crescimento do centro urbano. Atividades econômicas que permaneceram relevantes foram a extração do ouro de aluvião, indústria de transformação, manufatureira, fabril e beneficiamento das culturas agrícolas. (Cardoso, 2003, p.01)
<b>Como eram as relações sociais?</b>
Essas informações foram aglutinadas com as citações das atividades produtivas elencadas acima. Sendo assim no capítulo 3 da pesquisa, o subitem 3.2.1 ficou descrito como “relações sociais e o modo de produção”.
<b>Qual forças sociais deliberou acerca da função social do espaço urbano? E quem tinha o direito à propriedade?</b>
“A condição jurídica dos núcleos urbanos constituídos em Minas Gerais trazia consigo diverso e complexo aparelho estatal que, gradativamente, foi instalando-se nesse meio com o objetivo de tributar a atividade econômica principal. A presença da máquina estatal ampliou as perspectivas de colonização dos povoados que foram se constituindo, demandando serviços, gerando necessidades e contribuindo, demandando serviços, gerando necessidades e contribuindo para o surgimento de uma série de atividades produtivas e contribuindo”. (Magalhães, 2012, p.152)
“Na primeira constituição da nação brasileira (1824), articulando a base de poder do estado independente (com o imperador Pedro I), as prerrogativas políticas e judiciais das câmaras municipais foram respeitadas, conforme os usos do Antigo Regime português. Não parecia haver dúvida sobre o papel destes órgãos colegiados de cidadãos na representação dos interesses e valores sociopolíticos locais. A experiência histórica, enraizada no passado colonial, era demasiadamente eloquente”. (Andrade, 2012, p.167)
“No entanto, o contexto era de ofensiva liberal. A partir da lei de 1º de outubro de 1828, “as câmaras foram esvaziadas, de maneira cabal, de poder político e de recursos necessários ao cumprimento de suas obrigações. Entendendo-as como ‘corporações meramente administrativas’, sem jurisdição contenciosa, retirou-lhes o poder de atuação jurídica”. (Andrade, 2012, p.167)
“Embora [a câmara] conservassem determinadas funções administrativas – governo econômico e policial de povoações -, o poder camarário não seria munido das rendas, e nem de autonomia legislativa, necessárias ao exercício pleno de suas funções. O conselho geral da província (em Minas Gerais era composto por 21 conselheiros, com presidente e vice-presidente), com atuação legislativa na respectiva província até a reforma constitucional que criou assembleias provinciais (Ato Adicional de 1834), fiscalizava as posturas municipais, obrigadas à confirmação do conselho, que as podia alterar ou revogar”. (Andrade, 2012, p.168)
“A instituição da assembleias provinciais, 1834, afastou qualquer pretensão de autonomia política e administrativa dos corpos municipais. As assembleias passaram a abrigar os interesses das facções locais e a legislar sobre os seguintes temas (citando os relacionados diretamente aos moradores das cidades e vilas): divisões territoriais, instrução pública, desapropriações, polícia, economia, finanças, criação ou supressão de empregos municipais, obras públicas, cadeias, associações políticas e religiosas (de assistência e mutualidade). Elas deviam ainda fiscalizar as redes municipais e votar o orçamento proposto pelas câmaras. Além de autorizar os seus empréstimos. Na avaliação de Torres, depois de ter “analisado um certo número de posturas municipais da Província de Minas Gerais” a partir do regime liberal, as atribuições das câmaras municipais cobriam o seguinte: “urbanismo em geral e obras públicas, saúde pública, assistência social, polícia social, proteção ao trabalho e à propriedade”. (Andrade, 2012, p.169)
“A subordinação dos corpos municipais aos governos provincial e central (no Rio de Janeiro) remetia ao processo de constituição do estado imperial, entre as décadas de 1820 e 1840, conforme o empenho da racionalização da máquina administrativa” (Andrade, 2012, p.169-170)
<b>Quem são os sujeitos sociais que ocupam o território? Quais as suas condições de moradia e de organização coletiva?</b>

[...]”62% da população compunham-se de livres. Nesta condição estavam 310 agregados e 34 expostos, sendo que o número de mulheres suplantava o de homens em 9%. Entre cativos, ao contrário, observa-se a preponderância dos homens em relação às mulheres demonstrando, dessa forma, a supremacia masculina no exercício das atividades econômicas urbanas”. (MAGALHÃES, 2012, p.149)
“No tocantes à etnia, nota-se a presença maciça de negros e pardos, ambos integrando 81% do contingente populacional. Este aspecto pode estar relacionado com o declínio dos trabalhos mineratórios na região; a alforria pode ter sido o meio mais viável encontrado pelos proprietários de escravos para se desobrigarem de uma mão-de-obra incapacitada para o trabalho. O grande número de pardos e negros livres desocupados vivendo na indigência, e os dados fornecidos por Lewkowicz para o ano de 1809 confirmam essa ideia. Em 1809, quase a metade da população marianense, ou seja, 47% eram compostas por cativos. Decorrida uma década, nota-se que este número recuou para 36%”. (Magalhães, 2012, p.149)
“Segundo Cunha Matos, o contingente populacional de 2.040 habitantes, “estava concentrada em cinco áreas distintas, segundo Lewkowicz: a primeira partia do Seminário até a Rua Direita, a segunda área compreendia o final da Rua Direita, direcionando-se para a ladeira de São Francisco e prolongando-se para a Rua Nova; a terceira desenvolveu-se a partir do antigo agrupamento de Mata-Cavalos, quarta área era constituída pelo Bairro Santana; e a última era a periférica ( os arredores eram Vamos-Vamos, Chapada, Subúrbio, Mata-Cavalos, Itaculumim, Alto da Gaia, Lava Pés e Ermida). Os dados colhidos nesta pesquisa apontam para um esvaziamento populacional cada vez maior, na medida em que diminuía os interesses pelos investimentos mineratórios e aumentavam a veemência pelas atividades agropecuárias”. (Magalhães, 2012, p.150)
“A área predominantemente comercial compreendia a que partia do Seminário, passando pela Sé até a Rua Direita, considerada a mais nobre da cidade. Possuía as melhores moradias, a maioria construída na forma de sobrados com a loja no primeiro pavimento e a morada no segundo. Esse espaço abrigava um grupo populacional distinto, composto, principalmente por médicos e professores, além de caixeiros, indicando a presença de armazéns”. (Magalhães, 2012, p.161)

## Segundo ciclo de mineração (século XX)

<b>Quais eram as formas de produção?</b>
“Essa discussão acerca da preservação do patrimônio histórico, a partir da fundação do SPHAN e o desenvolvimento da cidade de Mariana, foi ganhando contorno, “especialmente com os surtos demográficos regionalmente experimentados, ligados às <b>empresas de mineração</b> que se instalaram em Mariana, e com o próprio desenvolvimento do conceito de memória social e de patrimônio histórico – em âmbito internacional – [...] suposta oposição ao progresso que representou um problema significativo para a sociedade local”. (BARBOSA et. al, 2012, p.193)
“O auge da exploração mineral brasileira da década de 1970 não perdurou por muito tempo e ao final da década seguinte, com a crise econômica mundial, ocorreu o declínio dos investimentos internacionais seguido da decadência do governo militar. A vinda das grandes empresas mineradoras não apenas induziu o crescimento populacional e conseqüentemente as ocupações formais e informais na cidade, mas ainda, criou uma relação de dominação financeira com a Prefeitura Municipal, advinda da arrecadação dos royalties da mineração e a geração de emprego, dependência esta que perdura até os dias atuais. Dados mais recentes mostram que apesar da crise da mineração, o estado de Minas Gerais ainda é responsável por aproximadamente 67% da produção de minério de ferro do país (IBRAM, 2012) e arrecadou R\$ 300.069.000,00 de Compensação Financeira por Exploração de Recursos Mineráveis (CFEM), o que equivale a 43,3% da arrecadação nacional”. (Passos, 2018, p.06)
“Foi somente no início do século XX que a paisagem de Mariana sofreu algumas mudanças significativas, com a chegada de estrada de ferro, em 1914, e a construção, na margem esquerda do Ribeirão, do edifício da estação, em 1921, tão “moderno” quanto o da recém criada capital de Minas. Era o início da “cidade nova”, como seria conhecida, mais tarde, esta parte da cidade”. (FONSECA, 1998, p. 54 apud MAIA, 2017, p.39)
“Mais a frente, a partir da década de 1960 instalaram-se em Mariana as empresas Samarco, Samitre e Companhia Vale do Rio Doce tendo como objetivo a extração de minério de ferro” A partir da década de 1960, chegaram as primeiras minerados na cidade,

<p>causando um processo de urbanização jamais sonhado nas melancólicas décadas anteriores. [...] Em 1965, chega a S.A. Mineração Trindade (Samitri), que mesmo antes de sua ativação já atraía um significativo contingente populacional, causando modificações no ritmo calmo da cidade [...] Motivadas pelas reservas minerais e pelos gordos incentivos fiscais oferecidos pelo ímpeto desenvolvimento ditatorial, chegam à Mariana mais duas mineradoras, Samarco Mineradora S.A e a Companhia Vale do Rio Doce. (JUNIOR, 2005. p.184 apud MAIA, 2017, p.39)</p>
<p>“Acerca do crescimento demográfico no referido período, cabe destacar que” Nessas primeiras décadas, o crescimento demográfico foi o resultado de grandes fluxos populacionais vindos de outros municípios: funcionários da empresa e seus familiares e, sobretudo, grande número de pessoas em busca de trabalho, além da mão-de-obra pouco especializada, que trabalhou na instalação das empresas e que permaneceu na cidade após o fim das obras (Fonseca, 1995). Neste período a população rural do município de Mariana tem pouca participação na composição da população da cidade, tendo uma variação modesta, saindo de 11.329 em 1950, para 9.901 em 1980. Mariana só conhecerá uma migração campo cidade significativa no final dos anos oitenta e início dos noventa. (JUNIOR, 2005. p.184 apud MAIA, 2017, p.39)</p>
<p>“Em meados de 1970 instalam-se empresas para extração do minério de ferro, entre as quais a Samarco, a Samitre e, na década de 80, a Companhia Vale do Rio Doce<sup>4</sup>. A atividade mineradora também opera com outros produtos: no município encontram-se jazidas de bauxita, ferro, manganês, ouro e quartzito<sup>5</sup>. A mineração de ferro concentra-se na região Noroeste, nos distritos de Santa Rita Durão e Bento Rodrigues; a extração de esteatita ou pedra-sabão localiza-se na região Sudeste, em Cachoeira do Brumado e Furquim; a de bauxita também na região Sudeste, em Padre Viegas. Outras atividades relevantes são o artesanato (concentrado em Cachoeira do Brumado); a agropecuária (nos distritos de Cláudio Manoel e Furquim); o turismo”. (CARDOSO, 2003, p.02)</p>
<p>“Embora esteja crescendo em importância na região, Mariana permanece periférica em relação à principal centralidade regional, Ouro Preto, em muitos sentidos. Muitos arquitetos e engenheiros atuantes na cidade moram em Ouro Preto, assim como os docentes da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) – campus Mariana. Em relação às atividades turísticas, o turista padrão pernoita em Ouro Preto e vai a Mariana apenas para passar o dia, causando um esvaziamento da rede hoteleira e dos restaurantes na cidade em relação ao potencial existente. Até poucos anos atrás, o IPHAN não possuía um funcionário alocado em Mariana, a política para o município era coordenada de Ouro Preto”. (CARDOSO, 2003, p.02)</p>
<p><b>Como eram as relações sociais existentes?</b></p>
<p>“Nos últimos dez anos o município de Mariana foi governado por oito prefeitos diferentes. Uma análise ainda que superficial das recentes gestões municipais da cidade demonstra marcas de políticas clientelistas e corruptas, como a compra de votos, além do uso ilícito de recursos públicos em campanhas eleitorais. A rápida ascensão econômica de atores políticos também demonstra como as eleições estão dadas no poderio sustentado pelo financiamento de empresas privadas, usualmente das mineradoras”. (PASSOS, 2018, p.06)</p>
<p>“As consequências da dependência econômica e simbólica com o setor minerário na região são perversas. Nos momentos de crise as consequências socioambientais são ainda piores. A exploração do trabalho, as demissões de trabalhadores e a extração nas minas aumentam enquanto a arrecadação municipal diminui. Sob pressão das mineradoras, licenças ambientais são flexibilizadas, novas minas são licenciadas, e o poder público age em conjunto com os empreendedores. Todas as questões socioambientais que circundam a mineração são secundarizadas e silenciadas frente à imponente econômica da exploração mineral”. (PASSOS, 2018, p.07)</p>
<p><b>Como foi organizado o princípio do uso e a ocupação do solo? E quem tinha o direito à propriedade?</b></p>
<p>Mariana “tornou-se Monumento Nacional” em 1945, nas esteira de uma política pública voltada para a consolidação de um patrimônio histórico nacional (SPHAN), em 1937, seu momento definidor. (BARBOSA et. al, 2012, p.189)</p>
<p>[...] “a partir das visitas de modernistas paulistas a Minas Gerais, especialmente a de Mário de</p>

<p>Andrade, na década de 1920, que as noções de conservação do patrimônio barroco mineiro começam a se enraizar de forma efetiva e consciente entre as autoridades civis e eclesiásticas do Estado. Os modernistas – ansiosos por valorizar a arte nacional nas suas características mas específicas diante da velha produção academicista proveniente da Europa produzida – vêm a Minas Gerais conhecer a arte local, época em que redescobrem o barroco colonial peculiar das cidades históricas mineiras. A partir desse período, o Governo Estadual representado pelo Presidente do Estado Fernando Melo Viana, e a igreja católica [...] passaram a incentivar a valorização e preservação do patrimônio artístico colonial do Estado. Conquanto, criam uma comissão para zelar por esse patrimônio e investigar as denúncias de dilapidação e desgaste das obras de arte”. (BARBOSA et. al, 2012, p.190)</p>
<p>“Os ideias de conservação patrimonial do barroco local, por conseguinte, começaram a orientar as atitudes eclesiásticas no Arcebispado de Mariana [...]assinada pelo Arcebispo Dom Helvécio”. [...] (BARBOSA et.al, 2012, p.190)</p>
<p>“Dom Helvécio estava preocupado com os templos que se recomendam pelo valor arquitetônico, provavelmente também estava seu entorno desses templos; logo, pode-se inferir que não obstante ele não pudesse controlar a cidade como um todo, poderia indicar as melhores formas de fazê-lo no que tange à questão patrimonial. A Resolução da Câmara, por sua vez, não tinha nenhum poder objetivo sobre a igreja, mas sobre todo o entorno. Defende, por conseguinte, uma proposta radicalmente oposta à de Dom Helvécio”. (BARBOSA et. al, 2012, p.192)</p>
<p>“Na cidade de Mariana o processo é ainda mais delicado, considerando que os interesses locais de preservação da memória e do patrimônio são progressivamente enredados por pretensões extra comunidade, como o interesse federal de construção da identidade nacional que compunha a própria lógica de fundação do SPHAN. É de inferir, portanto, que na década de 1920, época em que inexistia uma política pública norteada para a questão, o espaço para a regulamentação local do patrimônio ainda estivesse absolutamente indefinido. A comunidade premia pela necessidade de crescimento econômico local orientado pelos valores modernos, não se sentia atraída pela preservação. É evidente que a Câmara, como espaço de representação dessa comunidade, entabulasse esse processo de marchas e contramarchas inerente à preservação patrimonial que, antes de representar uma oposição a sua efetivação, significava a própria lógica conflituosa do processo de construção de uma memória social em fase de institucionalização em uma comunidade”. (BARBOSA et. al, 2012, p.193)</p>
<p>“Em junho de 1980, a apreciação do projeto que instituiu o Código de Obras, gerou polêmica entre os vereadores. Tal código, ao que tudo indica, determina regras e multas de descumprimento com relação as construções orientadas à preservação patrimonial. Parte dos vereadores se opôs ao projeto, em defesa da população menos favorecida, que teria dificuldade de construir suas casas e os cuidados que envolveriam os processos em torno das edificações, causando grande preocupação com o entrave que poderia representar para o desenvolvimento da cidade”. (BARBOSA et.al, 2012, p.194)</p>
<p>“Em julho do mesmo ano, “alguns vereadores discursaram favoravelmente à realização de medidas que impedissem as construções desordenadas”. A discussão pautava-se na preocupação com as edificações “regidas por um princípio bom gosto” para que a cidade não perdesse suas características originais”. (BARBOSA et.al, 2012, p.194)</p>
<p>“Assim, o autor enfatiza que o mesmo vereador que votou contra, também votou a favor da aprovação do código enfatizando que através da fiscalização do serviço de engenharia da Prefeitura, poderiam ajustar os tipos de casa das pessoas de baixa renda e fiscalizar as melhores áreas e controlar as construções. E que o Prefeito “agir para que não ocorra construções nas áreas nobres e centrais da cidade”. (BARBOSA et. al, 2012, p.195)</p>
<p>“Contudo, em 17 de março de 2003, a Câmara Municipal de Mariana aprovou, por unanimidade, o projeto de lei 252/03, dispondo sobre a política completa de preservação do patrimônio a ser adotada pelo município de Mariana, determinando também a criação do Conselho do Patrimônio Histórico-cultural da cidade”. (BARBOSA et. al, 2012, p.196)</p>
<p>“Por muitos anos, desde a publicação do Decreto-Lei, a população e até mesmo os órgãos de proteção, entendiam que a porção de casarões que localizava acima da margem sul do Rio do Carmo fazia parte do núcleo urbano histórico e a outra porção de edificações que se localizavam depois da margem norte não fazia parte do núcleo urbano histórico. Seria uma espécie de compreensão popular, quase que unânime, de existência de um perímetro completamente imóvel e isolado, que deve ser conservado e protegido, em detrimento ao livre uso e ocupação da porção localizada em seu entorno imediato e suas bordas. Portanto, se o espaço urbano correspondia, em 1938, a grande parte do que o poder público caracterizava como seu objeto de tombamento, a posterior expansão localizada em suas bordas históricas e do restante da cidade se deu alheio a</p>



<p>uma regulamentação mais atenta, conforme figuras. Observa-se que a elaboração do primeiro Plano Diretor Municipal da cidade ocorreu apenas em 2003 e a disponibilização pública do mapa da poligonal de tombamento apenas no ano de 2009, segundo a Portaria nº 66 do IPHAN, que delimitava os seus limites através dos nomes das ruas existentes nas extremidades no núcleo urbano histórico”. (D’ANGELO; PEREIRA COSTA, 2016, p.07)</p>
<p>Após a identificação dos períodos históricos, foi necessário investigar o plano urbano originalmente proposto por Alpoim em 1945 e comparar com o plano urbano em vigor, observando as características da hierarquia de seu traçado ortogonal, e em alguns momentos, valendo-se da desconsideração por parte do engenheiro da sua topografia original para sua implantação no sítio. Durante essa etapa da pesquisa, foi verificado que o plano urbano inicial de 1745 não corresponde de maneira fiel ao que foi executado, sendo que algumas travessas foram abertas (e os terrenos aforados) após 1752. (D’ANGELO; PEREIRA COSTA, 2016, p.09)</p>
<p>Refletir e debater sobre a função social, o caráter político dos espaços urbanos e sobre o direito à cidade como condição fundamental das sociedades contemporâneas, tem se tornado cada vez mais importante, em diversas instâncias, institucionalizadas ou não. Nas cidades com conjuntos urbanos tombados essas questões deveriam ser norteadoras não apenas de políticas públicas de uso e ocupação do solo urbano, mas de políticas de preservação do patrimônio cultural. Diferentemente dos processos de gestão e planejamento urbanos que traduzem essas cidades como vitrines ou cenários espetaculares e consensuais, os espaços patrimonializados devem ser pensados como resultantes das vivências cotidianas dos cidadãos que (re)significam constantemente o território e guardam relação com os sentidos e sensações na cidade. (Passos, 2018, p.03)</p>
<p>No contexto contemporâneo das políticas neoliberais, o empresariamento urbano dos espaços, espacialmente públicos, reforça a promoção de imagens de marca consensuais de cidade, pensadas enquanto peças publicitárias (JACQUES, 2010), consagrando-se projetos de cidade dominantes que despertam o espírito cívico, o orgulho, a sensação de pertencimento, ao mesmo tempo em que pretendem neutralizar os conflitos sociais e as diferenças (SÁNCHEZ, 2010). Projetos recentes de “renovação” ou “revitalização” de áreas “históricas” em cidades brasileiras, que frequentemente importam modelos eurocêntricos e estadunidenses, podem ser estudados como exemplos da materialização da segregação, exclusão e dominação entre grupos sociais nos espaços urbanos. (Passos, 2018, p.04)</p>
<p>“Nas cidades que possuem sítios urbanos tombados como patrimônio cultural é notável a imposição de barreiras materiais e simbólicas por processos de gestão e planejamento. A população de baixa renda moradora dos bairros da periferia, muitas vezes, não se sente pertencente ao “centro histórico”, o que é resultado das próprias políticas públicas excludentes e de atuações discriminatórias de parcelas da sociedade civil. Soma-se a isso o modelo de turismo usualmente implantado, sem participação popular e voltado a um público mais abastado. Nestes contextos a cultura se torna instrumento poderoso de controle simbólico, especialmente em estratégias de desenvolvimento urbano apoiadas na preservação histórica ou na “herança” local (ZUKIN, 1995). Assim, a (re)criação de “cenários” nas cidades patrimonializadas refletem um processo de “culturalização” verticalizado que valoriza elementos específicos (materiais ou imateriais) em detrimento, por exemplo, do uso coletivo, função social ou da própria fruição dos espaços”. (Passos, 2018, p.04)</p>
<p>“Em 14 de maio de 1938 a cidade de Mariana foi tombada como patrimônio nacional pelo então SPHAN, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (atual IPHAN). E, em um período de aproximadamente 10 anos, além da inscrição do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico no Livro de Tombo das Belas Artes, foram também tombados diversos bem imóveis, especialmente templos religiosos, e alguns exemplares da arquitetura civil do barroco mineiro. Com o passar dos anos, apesar das políticas de preservação terem conseguido, de certa forma, frear a verticalização e o adensamento no interior do conjunto tombado, nota-se uma expansão urbana acelerada e desordenada, com ocupações informais e loteamentos incentivados pelo próprio poder público municipal para suprir a demanda por moradia advinda da chegada das companhias mineradoras e siderúrgicas, o que ocorre a partir da década de 1940 e, principalmente, nas décadas de 1960 e 1970”.(Passos, 2018, p.06)</p>
<p>“Com relação à interface com a preservação do patrimônio, vale notar que estes novos loteamentos ocuparam áreas de encosta que emolduram o conjunto tombado, ou seja, áreas de “amortecimento” da paisagem onde deveriam ser adotados parâmetros de ocupação do solo, volumetrias e materiais de acabamento que não causassem impactos à ambiência do núcleo tombado. Contudo, nota-se ausência de qualidade e conforto ambiental no padrão edilício e de infraestrutura urbana e equipamentos e serviços públicos básicos. Vale ressaltar que nesta época o IPHAN não possuía escritório técnico local e, mesmo depois de criado, o quadro técnico reduzido e a falta de recursos e</p>

de normatização específica para Mariana dificultavam (e dificultam) sobremaneira a fiscalização das ocupações formais e informais no território”. (Passos, 2018, p.06)
Do ponto de vista da urbanização, uma das maiores dificuldades é o acesso à terra para expansão urbana. As terras adjacentes à área urbanizada pertencem a poucos proprietários, sendo o maior deles a Mina da Passagem de Mariana. Isso dá aos proprietários de terras um alto poder de fixação de preços, resultando em preços de terra bastante altos, principalmente na periferia, onde os preços atingiam cerca de R\$ 60,00/m <sup>2</sup> (2005). Em áreas mais centrais chegam a R\$ 180,00/m <sup>2</sup> (2005). (Cardoso, 2003, p.4)
<b>Quem são os atores sociais que ocupam o território não regularizado de Mariana? E quais as suas condições de moradia?</b>
A nova periferia urbana em Mariana vem sendo constituída tanto através de processo espontâneo de ocupação do solo, por populações de baixa renda em regiões desvalorizadas, quanto através de loteamentos implementados durante o mandato do ex-prefeito João Ramos Filho (...). Estes loteamentos foram implementados, portanto, sem inclusão de nenhuma praça, área verde ou algum tipo de equipamento urbano necessário ao súbito adensamento urbano, como escolas, creches ou posto de saúde. A maioria destes loteamentos não é dotada sequer da infraestrutura urbana básica, de água tratada, esgotos sanitários, energia elétrica e calçamento de ruas (FISCHER, 1993, p. 70). (Passos, 2018, p.06)
Ainda como afirmado por Junior (2005), durante os anos de 1975 a 1985, foi demandado o planejamento e a construção de bairros (chamados de vilas), para os operários das mineradoras. Neste período, observa-se o incremento da ocupação da chamada “cidade nova” e o surgimento de vários bairros periféricos nas cercanias da cidade e nas regiões ribeirinhas ao Ribeirão do Carmo, chamadas “Prainhas”. Esses bairros bastantes insalubres, foram fruto de uma ocupação “desordenada” do espaço, levada a efeito durante a década de 1980, por políticas clientelistas muito comuns na região. De acordo com a pesquisa anterior (Souza Junior,2000), constatamos que os dois bairros mais pobres do município, Cabanas e Santo Antônio (prainha), tem sua população formada, em sua maioria, por pessoas vindas da zona rural ou de outro municípios, 59 e 60% respectivamente. Nesses bairros, os números quanto à renda, violência e escolaridade, também não são favoráveis. (JUNIOR, 2005. p.188 APUD MAIA, 2017, p.39)
Ainda assim, em parte pelo porte de sua população, Mariana não apresenta uma situação grave do ponto de vista das condições habitacionais da população urbana. Não existem favelas no município, os loteamentos populares são razoavelmente providos de infraestrutura, e de uma forma geral o poder público municipal tem tido condições de prover terra para a população de baixa renda – ainda que muitas vezes com pouca infraestrutura e em localizações desfavoráveis. (CARDOSO, 2003, p.04)
A análise do Plano Diretor do município deve obrigatoriamente levar em conta a história das relações políticas, que possuem consequências diretas na estrutura de planejamento e na gestão urbana do município. Mariana caracterizou-se nas últimas décadas por uma história de clientelismo e favorecimentos nas relações entre o poder público municipal e a sociedade local. (CARDOSO, 2003, p.04)
A trajetória de planejamento da cidade é bastante peculiar. Mariana é frequentemente lembrada como a primeira cidade planejada do Brasil, por intervenção do engenheiro militar José Fernandes Alpoim em meados do século XVIII. O importante conjunto urbanístico colonial levou, já em 1938, ao tombamento da cidade, pelo recém criado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN, atual IPHAN), no contexto do primeiro ciclo de tombamentos de conjuntos urbanos <sup>9</sup> . O conjunto foi declarado Monumento Nacional em 1945. Além do núcleo histórico, muitos imóveis são também tombados nos distritos e caminhos do município. O Centro Histórico de Santa Rita Durão, núcleo histórico setecentista, foi tombado pelo IEPHA (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais) em 1996. Na prática, o Governo Federal, por meio do SPHAN, depois IPHAN, desempenhou historicamente o papel da aprovação de projetos de reforma e edificações na área central do município. (CARDOSO, 2003, p.04)
Por um lado, o tombamento de 1938 logrou preservar a paisagem urbana do centro histórico da cidade, com acompanhamento relativamente próximo do IPHAN. Por outro lado, produziu consequências perversas do ponto de vista da legitimação do município como gestor do uso do solo. Para controlar melhor o entorno da área relevante para o patrimônio, o IPHAN não delimitou um

perímetro específico de tombamento. Isso colocou o município em uma situação inusitada: por um lado, a prática do IPHAN revelou interesse quase exclusivo pela preservação da região mais central e histórica, além de pontos isolados nos distritos; por outro lado, a inexistência de limites para a atuação do IPHAN impediu que se desenvolvesse em Mariana uma política explícita de uso e ocupação do solo regulada pelo município. Na época do tombamento, a área efetivamente urbanizada do município não ia muito além do perímetro histórico, o que causava poucas distorções. Mas, com o passar das décadas, e principalmente após 1970, o crescimento da população provocou uma enorme expansão da área urbanizada. No momento de início do Plano Diretor, o perímetro histórico correspondia a apenas uma pequena parte da área urbanizada do município. Mesmo com esse grande crescimento urbano, a base da legislação urbanística de Mariana não se alterou. Até o início do processo de elaboração do Plano Diretor, não existiam leis ou decretos municipais de regulação do uso do solo. Apenas o parcelamento do solo era regulado pela Lei Federal no 6766/79. Histórico correspondia a apenas uma pequena parte da área urbanizada do município. (CARDOSO, 2003, p.04)